



O seguinte é uma tradução de material originalmente publicado na publicação [Fidelio, Volume 4, Número 1, Primavera de 1995](#), disponível em [archive.schillerinstitute.com](http://archive.schillerinstitute.com)

# O Que é Deus, Para Que o Homem Seja à Sua Imagem?

Por Lyndon H. LaRouche

18 de Março de 1995



Raphael Sanzio, "Moisés e a Sarça Ardente", 1512-14. Detalhe de fresco, incluído na Stanza dell' Elidoro, Palácio do Vaticano.

Ainda recentemente, foi circulado, na imprensa internacional, um documento pelo qual um grupo de monges do Sri Lanka atacava o Papa João Paulo II, de modo particularmente estridente e ameaçador<sup>1</sup>. A re-

futação focava-se num curto capítulo (intitulado "Buda?") da celebrada obra de Sua Santidade em 1994, *Cruzando o Limiar da Esperança*<sup>2</sup>. Não é possível en-

1. A 21 de Dezembro de 1994, o Sangha Budista (a organização que lidera os budistas do Sri Lanka ao nível nacional), avisou que boicotaria uma reunião com o Papa João Paulo II, por ocasião de uma visita do mesmo ao Sri Lanka, a não ser que o Papa se retratasse de comentários feitos na sua obra recente, *Cruzando o Limiar da Esperança*. Os monges budistas descreveram os comentários feitos por

João Paulo II nessa obra como "maldosos, enganadores, e maliciosamente mal interpretados".

2. Papa João Paulo II, *Cruzando o Limiar da Esperança* (1994); obra editada por Vittorio Messori, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora. Ou, na edição estadunidense, John Paul II, *Crossing The Threshold of Hope*, New York: Alfred A. Knopf, 1994, ed. by Vittorio Messori. A obra consiste numa coleção de respostas a

contrar quaisquer erros fatuais nas passagens pertinentes deste livro. Ao invés, os monges argumentavam que o livro de Sua Santidade era insultuoso, que violava o “politicamente correto”.



Scala/Art Resource, NY

A questão que subjaz a tal controvérsia é a mesma com que ainda há algum tempo fomos confrontados, quando certos magistrados do Supremo Tribunal dos EUA vieram argumentar que evidências de inocência não constituem suficiente fundamento para anular uma

questões apresentadas a João Paulo II por Vittorio Messori, e transmitidas pelo Dr. Joaquín Navarro-Valls. Ver as págs. 84-90 (edição estadunidense): os monges referenciam enfaticamente os dois parágrafos começando no fundo da página 85, e acabando no topo da página 86.

sentença de morte. Teremos chegado ao extremo da decadência moral, para que os procedimentos da lei sejam colocados em oposição ao princípio da justiça verdadeira? Do mesmo modo, teremos chegado a um tal ponto de decadência, que homens e mulheres sejam encorajados a submeter as suas paixões ao apoio de crenças religiosas ou outras, porém, sem nunca sugerir que as crenças às quais se adere são baseadas num compromisso para com a verdade, o que, alegadamente, seria insultuoso para com sentimentos contrários?

Levantar a questão da veracidade (truthfulness), algo que a refutação dos monges implicitamente condena, exige uma revisão hostil de uma temática acadêmica conhecida como *fenomenologia da religião*. Para aqui concretizarmos os nossos propósitos, referenciaremos esse tema acadêmico como o mesmo é implicitamente apresentado pelo notório *Varietades da Experiência Religiosa*<sup>3</sup>, de William James, ou, explicitamente, pelo filósofo nazi Martin Heidegger<sup>4</sup>. A influência continuada do nietzschiano Heidegger no ensino de teologia é extraordinariamente relevante, para compreender aqueles movimentos terroristas, dos dias de hoje, que são urdidos daquela forma de existencialismo denominada de “teologia da libertação”. De nota aqui, os alegados movimentos “indigenistas” que, hoje em dia, são tipificados pelo ramo “Zapatista” de terrorismo internacional, a operar no estado mexicano de Chiapas<sup>5</sup>.

Em qualquer destas aberrações, a verdade e a razão são postas de parte, em prol da dominância de um “sentimento” individual irracionalista. O estado de espírito da refutação dos monges está, portanto, ao mesmo nível

3. William James, *As Varietades da Experiência Religiosa: Um Estudo em Natureza Humana* (1902) [*The Varieties of Religious Experience; a Study in Human Nature* (1902), Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1985].
4. Sobre o antigo companheiro íntimo de Hannah Arendt, Martin Heidegger, e sobre o posicionamento do mesmo como nazi, ver Victor Farias, *Heidegger e Nazismo* (1987) [*Heidegger and Nazism* (1987), ed. by Joseph Margolis and Tom Rockmore (Philadelphia: Temple University Press, 1989)]. Sobre Heidegger, e Edith Stein, como estudantes de Edmund Husserl, ver Helga Zepp-LaRouche, “O Caso de Martin Heidegger” [“The Case of Martin Heidegger”].
5. Sobre a insurgência terrorista em Chiapas, ver *Relatório Especial da Executive Intelligence Review: “Sendero Luminoso Norte” explode no México; Narco-terroristas zapatistas fazem parte da conjura para aniquilar as nações da Ibero América* [EIR Special Report: ‘Shining Path North’ explodes in Mexico; Zapatista narco-terrorists are part of the plot to annihilate the nations of Ibero-America, January 1994 (Washington, D.C.: Executive Intelligence Review News Service, 1994)].

que a fenomenologia de Heidegger. A recorrentemente violada obrigação ao exercício de juízo crítico, ao serviço fiel à verdade e, ainda, o fato de que, em teologia, existencialismo leva ao tipo de terrorismo visto com a insurgência de Chiapas—todos estes estão entre os numerosos predicados de um princípio subjacente. E, é esse princípio que examinamos aqui.

Não nos dedicamos a esta matéria para nos envolvemos numa discussão sobre questões de religião *per se*. Tratamo-la aqui do ponto de vista do estadista. Por exemplo. *Quais os aspetos da crença religiosa do cidadão, cuja veracidade demonstrável tenha tido um impacto positivo, até essencial, na criação da independência e da Constituição Federal e, no desenvolvimento dos Estados Unidos?* Debruçar-nos-emos, em primeiro lugar, no ponto específico que era visado pelo ataque dos monges.

### Como o Papa Descreveu a Questão

Para situar este princípio: considerem-se os dois parágrafos aos quais a declaração dos monges levantava particular objeção. Aqui está o modo como Budismo é descrito ao longo dessas passagens, no texto da obra de João Paulo II:

A “iluminação” experienciada por Buda chega à convicção de que o mundo é mau, de que é a fonte de mal e de sofrimento para o homem. Para se libertar deste mal, o homem tem de se libertar deste mundo, o que exige um corte com os apegos que nos juntam à realidade eterna: os apegos existentes na nossa natureza humana, na nossa psique, nos nossos corpos. Quanto mais somos libertados destes apegos, tanto mais nos tornamos indiferentes ao que está no mundo, e tanto mais estamos livres do sofrimento, do mal que tem a sua fonte no mundo.

Será que é desta forma que nos aproximamos de Deus? Isto não é mencionado na “iluminação” veiculada por Buda. Budismo é, em larga medida, um sistema “ateu”. Não nos libertamos do mal através do bem que vem de Deus; libertamo-nos apenas através de desapego do mundo, que é mau. A plenitude de tal desapego não é união com Deus, mas sim aquilo que é chamado de nirvana, um estado de perfeita indiferença com relação ao mundo. *Salvar-se a si próprio* significa, acima de tudo, libertar-se a si próprio do mal pelo tornar-se *indiferente ao*

*mundo, que é a fonte de mal*. Esta é a culminação do processo espiritual<sup>6</sup>.

No que respeita às objeções dos monges a estas passagens, a verdade da questão é a que se segue. Afirmamos, com alguma qualificação, que esta noção da existência de Deus é única às doutrinas de Moisés, da Cristandade, e do Islão. As exceções exemplares são as de que, esta ideia de Deus, como uma ideia, é rigorosa e claramente desenvolvida no seio dos diálogos de Platão, e de que existem insinuações identificáveis (não obstante fragmentárias) de ideias similares no legado antigo de Confúcio e, entre algumas tradições Védicas. De contrário, não há uma História, que seja hoje conhecida, de crenças religiosas que, fora do legado comum de Moisés, da Cristandade, e do Islão, sejam alicerçadas no reconhecimento da existência de Deus.

A seguinte afirmação é um corolário desse exato ponto. Entre todas as noções de divindade que são encontradas em religiões organizadas, atuais ou da História passada, ou da pré-História, apenas o legado de Moisés identifica um Deus cuja existência é inteligivelmente demonstrável pela mente do homem mortal. Em todas as outras doutrinas religiosas, os deuses existem apenas no contexto pagão da realidade virtual de superstição irracional; apenas na fenomenologia da “fê cega”. Como, por razões relacionadas, demonstraremos, o método da teologia cristã é alicerçado naquele método socrático que é empregue por Platão, em tais obras como o seu *Timeu*. Esse é o ponto de perspetivação a partir do qual nos dirigiremos às implicações políticas da refutação dos monges.

Com a questão assim situada, encurtamos, daqui em diante, o nosso ponto de referência àqueles aspetos cruciais do tópico que são salientes no contexto da Cristandade: da nominal como da real. Examinamos estas matérias pelo fato de que as mesmas estão situadas ao longo de quase toda a extensão dos 2,600 anos que compreendem a História da civilização europeia<sup>7</sup>. Situ-

6. Papa João Paulo II, *loc. cit.*

7. Esta datação coincide com a identificação que é feita por Friedrich Schiller do conflito entre as heranças das reformas de Sólon, de um lado, e, do outro, da tradição escravagista da Esparta de Licurgo, como *punctum saliens* da civilização europeia. Dois dos escritos de Schiller, sobre este tema, que estão disponíveis em inglês, são a palestra inaugural de Schiller na Universidade de Jena, em 1789, “O Que É, E Para Que Propósito Estudamos História Universal” [“What Is, and to What End Do We Study, Universal History”] e, da mesma série de palestras em 1789, “A Legislação de Licurgo e de Sólon” [“The Legislation of Lysurgus and Solon”]. Ambas as palestras

amos a questão dos monges em termos do conflito da Cristandade para com formas de malignância oligárquica como sejam barbarismo (e.g. a Roma pagã), os opositores feudais de Carlos Magno e de Luís XI, em França, e a atual, anti-cristã, monarquia britânica<sup>8</sup>.

Os monges do Sri Lanka deviam ter examinado de perto as implicações do capítulo de abertura do *Primeiro Livro de Moisés*, o *Gênesis*, onde o ponto essencial da fé dos hebreus, dos cristãos, e do Islão é apresentado<sup>9</sup>. A porção mais crucial, e cientificamente demonstrável deste capítulo está situada no seio dos versos 26-30: o conceito da pessoa individual como resumido no verso 27: “E Deus criou o homem à sua própria imagem, à imagem de Deus criou ele o homem; em homem e mulher os criou”. Porém, repetidamente, ao longo desse capítulo, Moisés reporta que Deus viu que o universo e o mundo que tinha criado eram “bons”<sup>10</sup>. No verso 31, em conclusão, Deus julga a Sua Criação como um todo, incluindo o homem: “e veja-se, era muito bom”<sup>11</sup>. Este Deus, que ama o mundo, é ostensivamente desconhecido àqueles que fugiriam do mundo na sua demanda pelo *nirvana*. E, não será esta uma representação verdadeira do ponto de agravo dos

sectos de “pequeno veículo” para com o legado de Moisés? Não será a essência verdadeira das passagens que os monges atacaram?

## O Moisés de Filo

Logo ao início deste ensaio, referenciámos a horrenda rejeição da verdade que é patente, para casos de pena de morte, nas opiniões recentes do Juíz Chefe Rehnquist e associados. Identificámos este erro como um erro do mesmo tipo que aquele que caracteriza as opiniões expressas pelos monges. Nessas referenciadas opiniões sobre casos de pena de morte, vemos o desrespeito pela santidade da vida humana como um eco do desrespeito pelo princípio da verdade: algo que tem vindo a dominar crescentemente o sistema de processo penal e outros processos legais nos Estados Unidos. Vemos essas tendências corruptas em prática legal nos EUA, ao longo de tempos recentes, também refletidas na sociedade em geral, na forma de um crescente desrespeito pelo princípio da verdade. Estas tendências coincidem com o sucesso de Hugo Black (Juíz do Supremo Tribunal e ex-Ku Klux Klan) na introdução de uma deturpação radical da proibição estabelecida pela Primeira Emenda contra o estabelecimento de uma *igreja de Estado* (como a Igreja de Inglaterra) nos Estados Unidos. Black não é o único responsável por esta degeneração moral dos EUA, mas a sua influência tem sido uma expressão significativa desse processo.

O argumento de Black veio, em tempos recentes, significar o banir da Cristandade da vida pública. Black passou ostensivamente por cima do fato de que ateísmo em geral, e, em particular, o seu disfarce liberal, o “agnosticismo” britânico de Thomas Huxley, são formas de crença religiosa pagã, tornadas influentes através do “Iluminismo” Anglo-Francês dos seguidores de Paolo Sarpi. Com efeito, Black não separou estado de religião; trabalhou para estabelecer formas iluministas de religião pagã (e.g. ateísmo) como religião oficial dos EUA. Esta implicação da doutrina falaciosa de Black estabelece um paralelo direto com os ataques dos monges à citada passagem do livro do Papa.

A intenção original da Primeira Emenda da Constituição dos EUA era (contrariamente a Black) a de que, no seio de cada comunidade religiosa dessa altura, o Estado não pudesse proibir qualquer crença de ser partilhada entre intelectos, contando que tal crença não estimulasse atividade fora da lei no mundo real. Com base nisto, a proibição de uma “igreja de Estado” estabelece uma certa aparência de igualdade legal *negativa*

---

podem ser encontradas no segundo volume da obra *Friedrich Schiller; Poeta da Liberdade* [*Friedrich Schiller, Poet of Freedom*, Vol. II, ed. by William F. Wertz, Jr. (Washington, D.C.: Schiller Institute, 1988), pp. 253-305].

8. Sua Alteza Real o Príncipe Philip Mountbatten (von Battenberg), Consorte da Rainha Isabel, expressou repetidamente a sua adoção da antiga deusa-mãe pagã *Gaia*, como preferível à fé de Moisés, dos cristãos, e do Islão. *Gaia* era a forma de adoração de Shakti-Siva, Ishtar, Ísis-Osiris, Cibele-Dionísio, Satanás, *et al.*, que era local ao templo de *Gaia* na Delfos da Grécia antiga. *Gaia* era a deusa patrona do culto de Apolo-Pítton-Dionísio localizado nesse lugar. A adoração do consorte de *Gaia*, a serpente fálica e satânica *Pítton*, foi continuada pelos sacerdotes de Apolo, na atribuição do nome *Pítia* à sacerdotisa representando as funções de oráculo no local da tumba de Pítton-Dionísio. Assim, a preferência religiosa assumida do Príncipe é mais que meramente pagã; é também satânica, já que satânico tem sido, ao longo de mais de mil anos, o significado do polimorfo *Gaia-Pítton-Dionísio-Apolo*.

9. As citações aqui empregues provêm do *Gênesis*, na Bíblia.

10. Notem-se os versículos 10, 12, 18, 21, e 25.

11. O Papa ecoa as palavras do *Gênesis* sobre a virtude essencial do homem e do mundo quando escreve sobre este ponto de diferença para com os budistas em particular e, também, e implicitamente, para com os *hesicastas*, de entre os cristãos nominais em erro: “Para os cristãos, o mundo é a criação de Deus, redimida por Cristo”. Compare-se essa citação com a seguinte afirmação, no *Evangelho de João* 3:16: “Já que Deus tanto amou o mundo que lhe deu o seu único Filho, para que quem quer que acredite nele não pereça, e tenha vida eterna”. O Deus de Moisés e dos cristãos não é conhecido aos *hesicastas*.

entre os diferentes tipos de crenças religiosas.

Argumentarei em prol de uma leitura historicamente aceitável da Primeira Emenda: a de que, no momento em que uma comunidade religiosa procura impor a sua opinião à prática da sociedade, uma implicação positiva, diferente, dessa igualdade, deve entrar em jogo. É legítimo que a opinião possa ser, no seio de cada comunidade religiosa, baseada em “fé cega”. Porém, e quando a comunidade religiosa pretende simplesmente chegar e impor essa (legalmente privilegiada) opinião ao estado, a “fé cega” está em transgressão.

Na sociedade em geral, tem de ser empregue o seguinte princípio ecuménico. Para que seja proposta como prática legal para a sociedade em geral, qualquer opinião religiosa específica tem de ser intelectualmente transparente: tem de ser fundamentada em evidências plenamente inteligíveis, não meramente na forma da sua argumentação, mas também nas assunções axiomáticas que, em cada caso, consubstanciam os argumentos que são avançados.

Em tais matérias, nem o Estado nem os seus tribunais têm direito ao privilégio de serem estúpidos. O juramento dos funcionários públicos para cumprir a Constituição dos EUA, impõe a esses funcionários que compreendam o intento da Constituição, e que tomem em consideração aqueles princípios religiosos que têm a autoridade de axiomas na formulação desse intento original. De nota, as referências a Deus, na linguagem dos Pais Fundadores, dirigida ao eleitorado e ao mundo daquele século, são tais que até uma pessoa iletrada ou estúpida tem de ser considerada culpável, se, à luz dessas expressões axiomáticas, deixar de cumprir o juramento que fez. Desrespeito manifesto por tais axiomas, seja através de malícia ou de ignorância aparente, são, num como no outro caso, fundamento para destituição. Não se poderiam anular tais axiomas sem, ao mesmo tempo, anular a Constituição e todas as atuais instituições e leis do Governo Federal, como que de uma só cajadada.

Dois aspetos do legado Mosaico têm influência direta sobre a lei essencial dos Estados Unidos, e têm influência sobre a mesma de uma forma que contradiz diretamente as opiniões erróneas do Juíz Chefe Rehnquist, et al, sobre a pena de morte.

Os Estados Unidos foram, de um modo bastante direto, fundados sobre princípios de governo que foram originalmente estabelecidos na Europa Quatrocentista: a sociedade chamada *Commonwealth*, organizada orientada para o bem comum, como definida pelo Rei Luís

XI e, mais tarde, por Jean Bodin; a forma moderna do estado-nação. A criação deste estado foi alicerçada sobre certos princípios especificamente cristãos, como refletidos no princípio da *Commonwealth* de Luís XI. Estes princípios estão vividamente embebidos na Declaração de Independência dos EUA, de 1776, e no Preâmbulo para a nossa Constituição Federal<sup>12</sup>.

Isso, por sua vez, compele-nos a considerar os aspetos axiomáticos mais profundos do legado Mosaico em geral, e da herança cristã em particular: as implicações axiomáticas<sup>13</sup>, para a arte de governo, de *Génesis* 1:26-30: o homem como “homem à imagem de Deus”, o *imago Dei* latino. Para colocar isto em perspetiva. Se uma pessoa chegar perante um corpo da legislatura, para apresentar uma proposta consubstanciada inclusivamente na noção axiomática de um tal Deus, como é que essa pessoa pode oferecer uma substanciação transparente dessa noção de Deus? Fé cega, referenciar tradição de doutrina transmitida, e assim sucessivamente, não bastará. Será que a existência de um tal Deus, que o homem seja feito à Sua imagem, é cognoscível a uma pessoa individual por meios que não são nem “fé cega” nem, simplesmente, a citação da tradição? É Deus uma noção inteligível?

Alguém pode dizer, muito sinceramente, “Eu acredito...”, ou “Nós acreditamos que...”, sem, com isso, tornar inteligível a definição de Deus. Com efeito, para dizer tal coisa, o crente não precisa de mais nada a não ser a apresentação correta da doutrina. Não precisa de mais que isso. Com efeito, a colocação de tais evidências no registo público é perfeitamente admissível,

12. Ultimamente, desde 1964, tem havido uma curiosa coincidência entre, de um lado, o grau de absurdidade das novas modas entre nós e, do outro, o apelo popular dessas putativas preferências. Nos Estados Unidos, o período “New Age”, pós-Kennedy de 1964-1995, foi melhor designado de “A Era da Perversidade”. Comportamento repugnante desse tipo encontra o seu precedente em mitos académicos popularizados, como sejam a asserção, enfaticamente falsa, de que a Declaração de Independência e a Constituição dos EUA foram alicerçadas na influência do empirista britânico John Locke. Só um iletrado acreditaria em tal absurdo: “vida, liberdade e a procura da felicidade” identifica uma noção inversamente oposta (de todas as formas) à construção, por Locke, do seu slogan “vida, liberdade e propriedade”. A cláusula de “bem-estar geral” do Preâmbulo da Constituição dos EUA está na tradição do estabelecimento, por Luís XI, do primeiro estado-nação moderno. A ideia foi introduzida nos Estados Unidos pela influência mais direta de Gottfried Leibniz, que se opunha a Locke nestas questões.

13. Para fornecer uma ilustração esclarecedora deste ponto a alguns leitores: Bertrand Russell preferiria “princípio hereditário” (de retículos de teoremas) a “axiomático”.

para quaisquer propósitos relevantes que tais evidências possam servir.

Porém, se a ideia for a de impor ao estado uma proposta derivada desse axioma, o axioma tem de ser tornado inteligível. Para os teólogos cristãos na tradição dos Apóstolos João e Paulo, e, de Agostinho, por exemplo, isto não representa um fardo desrazoável. Duas pistas identificam a base para fazer frente a esse desafio. Pense-se no caso específico do celebrado Filo de Alexandria e, depois, na prova ontológica da existência de Deus, por Platão. Assim que este ponto de vista tenha sido demonstrado, o erro prático das refutações dos monges, e as falácias horrendas das supracitadas opiniões de Rehnquist e de Black são imediatamente demonstradas.

Ao dirigir-se ao primeiro capítulo do *Génesis*, Filo de Alexandria, amigo do Apóstolo cristão Pedro, na sua luta comum contra o gnóstico Simão Mago, focou a sua atenção no significado dos versos 26-30, sobre a noção da pessoa individual como “criada à imagem de Deus”<sup>14</sup>. Isto não significa a imagem corpórea, mas sim a imagem dos potenciais criativos do intelecto do indivíduo humano; com ênfase no termo *criativo*.

O aspeto crucial do caso de Filo é prontamente dominado do ponto de vista privilegiado do método socrático de Platão. Cada pessoa nasce com o potencial intelectual que nenhum animal tem: o poder para imaginar estados da natureza que nunca antes existiram no universo, mas também, e sob certas restrições, impor eficientemente essas ideias ao universo em geral. A condição para a concretização disto, é a de que a imaginação seja colocada em harmonia com as leis subjacentes da organização do Universo. É criatividade definida de modo tal que represente o intelecto da pessoa individual como moldado à imagem do intelecto eficientemente criativo de Deus.

Esta via permite à pessoa que reconheça, de entre as suas próprias formas eficientes de estados intelectuais, uma qualidade que é uma imagem refletida de Deus.

Este argumento foi desenvolvido por Platão, que define aquilo que Filo mais tarde viria a descrever de criatividade humana, como sendo composto de quatro estados de intelecto sucessivamente mais elevados. A estes quatro estados, Platão nomeia de *hipótese*, *hipó-*

*tese superior*, *hipotetizar a hipótese superior* e, o reconhecimento da certeza da existência eficiente do *Bem* não hipotetizado, ou Deus. Para usar linguagem moderna, a dialética de Platão é resumida como se segue. Para aqueles que são familiares às descobertas científicas originais do autor deste ensaio, a entrada neste tema pode parecer um revisitar de terrenos já conhecidos. Porém, para aqueles que não estão nessa condição, é essencial reproduzir de novo este percurso, aqui.

## O Princípio da Hipótese

Começamos a nossa exploração deste assunto com uma referência a geometria formal dedutivamente consistente, como aquela de Euclides<sup>15</sup>. Qualquer tal geometria é representada por aquilo a que chamamos de “retículo de teoremas”, uma lista aberta de teoremas, nenhum dos quais é inconsistente com qualquer dos outros. Esta falta partilhada de inconsistência mútua depende do reconhecimento de uma série integrada (de existência implícita) de axiomas e postulados interdependentes. A mais simples tarefa do método socrático de Platão é a de produzir a presença eficiente de tais asunções subjacentes, de uma tal série de axiomas e postulados.

Da vantagem comparativa que é oferecida por este ponto de vista, pode-se aplicar, de modo útil, uma expressão tão abusivamente usada por Bertrand Russell e outros positivistas: a de “princípio hereditário”. Este termo, até da forma que é usada por Russell *et al.*, significa que a série integrada de axiomas e postulados é um tipo de princípio “genético”; se uma proposição não é inconsistente com essa série de axiomas e de postulados, então não deveria ser inconsistente com qualquer de entre o conjunto aberto de teoremas que também coerem com essa mesma série. O termo de Platão para aquilo que corresponde a uma qualquer série de axiomas e de postulados é: uma *hipótese*<sup>16</sup>.

Para clarificar os três restantes termos empregues por Platão para definir categoricamente as ideias do intelecto humano, é mais eficiente dar um salto em frente no tempo, do Quarto Século A.C., para a Universidade de Göttingen, em Junho de 1854. É aí que encontramos

14. Filo (“Judaeus”) de Alexandria, “Sobre a Descrição Mosaica da Criação do Mundo” [“On The Account of The World’s Creation Given by Moses,” in *Philo: Vol. I*, trans. by F.H. Colson and G.H. Whitaker, Loeb Classical Library No. 226 (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1981)].

15. Esta evidência não pode ser competentemente desenvolvida do ponto de vista da lógica formal, da aritmética, ou de uma álgebra formal. O ponto de partida tem de ser uma geometria construtiva, por razões a identificar mais prontamente adiante.

16. Este é o uso correto do termo “hipótese”, por contraste com o (popularizado e baseado em empirismo britânico) uso incorreto do termo na sala de aula hoje.

o mais brilhante protégé de Carl F. Gauss e de Lejeune Dirichlet, Bernhard Riemann, que aí apresenta a mais fundamental descoberta científica desde os maiores trabalhos da École Polytechnique de França, entre 1794 e 1814 e, desde as mais brilhantes concretizações do próprio Gauss. Falo daquela que é provavelmente a mais fundamental descoberta científica dos últimos duzentos anos, que estabelece a fundação para todo o trabalho científico competente desde então. Nesta nossa viagem no tempo, o jovem Riemann apresenta a sua descoberta na forma de dissertação qualificativa da entrada na carreira professoral<sup>17</sup>. De modo a poder mais plenamente avaliar o método científico de Platão, reveja-se (como Riemann faz) a mais crucial falácia axiomática da geometria, em particular, mas também da matemática de sala de aula que é hoje genericamente aceite. Permita-se ao autor deste ensaio que apresente o caso nos seus próprios termos.

Na sua larga maioria, a geometria ingénuia associada à moderna geometria euclídiana de sala de aula não tem correlação direta com qualquer realidade física, nem é uma criação dos nossos sentidos. É uma criação da imaginação ingénuia. Chame-se-lhe a *geometria da imaginação visual ingénuia*.

Ao contrário do que acontece para o mundo da visão, a geometria da imaginação visual ingénuia assume que pode mapear o universo do espaço-tempo com perfeita continuidade em quatro direções: para trás e para a frente, para cima e para baixo, e de um lado para o outro, no espaço, e para trás e para a frente, no tempo. Leonhard Euler, o empirista filosófico de Berlim, veio atacar a *Monadologia* de Leibniz<sup>18</sup>, ao insistir que a extensão no espaço e no tempo era “infinita”,

17. Bernhard Riemann, *Sobre as Hipóteses que Subjazem à Geometria* [“Über die Hypothesen, welche der Geometrie zu Grunde liegen”, em *Bernhard Riemann's Gesammelte Mathematische Werke*, ed. por Heinrich Weber (Stuttgart: B.G. Teubner, 1902). Diversas edições reimpressas incluem *Collected Works of Bernhard Riemann* (New York: Dover Publications, Inc., 1953), pp. 272-287. Para uma tradução do texto para Inglês, ver Henry S. White, trad., “On the Hypotheses Which Lie at the Foundations of Geometry,” in David Eugene Smith, *A Source Book in Mathematics* (New York: Dover Publications, 1959), pp. 411-425.

18. Lyndon H. LaRouche, Jr., *A Ciência da Economia Cristã* [Lyndon H. LaRouche, Jr., *The Science of Christian Economy*, Appendix XI, in *The Science of Christian Economy and other Prison Writings* (Washington, D.C.: Schiller Institute, 1991), pp. 407-425]. Euler foi, por vinte e cinco anos, um laicão do monarca prussiano da oligarquia veneziana, Frederico o Grande. Durante este período, Euler trabalhou como apologista para o infame charlatão Maupertuis, na Academia de Berlim, de Frederico.

e também, infinitamente, perfeitamente divisível. O argumento de Euler é consistente com a perspectiva ingénuia destruída pelo trabalho de Riemann. Como demonstrado por, entre outros, Leonardo da Vinci, a visão real não é linearmente extensível de tal maneira, nem é perfeitamente contínua. Esta geometria não é uma imagem da percepção visual, mas sim uma criação intelectual, a geometria da imaginação visual ingénuia.

De acordo com esta imaginação ingénuia, como o Galileu de Paolo Sarpi, e Francis Bacon, e também René Descartes, e Isaac Newton, tipificam essa perspectiva, a física matemática deveria poder ser construída pelo situar a (linearmente mapeável e linearmente mensurável) existência e moção dos objetos no espaço-tempo da imaginação visual. Porém, e como demonstrado por Leibniz e Jean Bernoulli, um século e meio antes de Riemann, assim que introduzimos as considerações físicas de “menor tempo” e “menor ação”, a física algébrica simplista de Galileu, Descartes, Newton, *et al.*, colapsa sobre si própria. É aí que surge o caso para aqueles aspetos da descoberta de Riemann que são relevantes para a doutrina de intelecto criativo, de Filo, e esse caso surge da seguinte maneira.

Assim que introduzimos noções de “menor tempo” e de “menor esforço”, na qualidade de requisitos a tomar em consideração para a definição de noções de função física, descobrimos que, ao longo da realidade, existem fenómenos que, não obstante serem inquestionavelmente verdadeiros, não podem, porém, ser postulados como teoremas consistentes, no seio da física matemática genericamente aceite. Para afirmar este ponto em termos formalistas, estes tipos de anomalias aparentes compelem-nos a rever a série de axiomas e de postulados em uso, para gerar uma nova série de axiomas e de postulados que seja consistente com todas as evidências, e que possa explicar a anomalia considerada. Esta ação representa a substituição de uma velha hipótese, no sentido em que Platão define o termo, por uma nova e melhor hipótese.

Essa descoberta da mudança necessária na hipótese tipifica a mais elementar expressão de descoberta criativa, por contraste com a forma inferior e não criativa de ação intelectual, que é a argumentação lógico-formal. Embora tenhamos empregue a referência a física matemática para ilustrar o ponto em consideração, também pode ser prontamente demonstrado que este argumento também prova que o mesmo princípio criativo pervade as grandes criações nas formas artísticas Clás-

sicas de poesia, música, tragédia, e pintura<sup>19</sup>.

Neste caso, e na instância das três remanescentes categorias de conhecimento intelectual criativo, o ato de descoberta de uma visão mais verdadeira das leis —não arbitrárias—que subjazem à organização do Universo é tipificada pela solução ao paradoxo ontológico que é definido por Platão, com impiedosa redução de lógica formal a absurdidade, no diálogo *Parménides*. O *Um*, que tem de ser descoberto, é a unidade do tipo de ação que subjaz a toda e qualquer das mudanças que definem uma série de fatos como membros de uma coleção funcionalmente coerente. Por exemplo, a inclusão de uma proposta provada, porém anômala, na série de fatos relacionados, similarmente demonstrados a priori, obriga-nos a definir o novo e melhor princípio ordenador que explica a geração dos velhos como dos novos fatos<sup>20</sup>. O novo princípio descoberto é uma nova hipótese, o *Um* que subjaz a todos os fatos, na sua multiplicidade considerados como os *Muitos*<sup>21</sup>.

A re-experiência repetida das descobertas criativas originais das mentes do passado, torna-nos familiares aos nossos próprios potenciais criativos, aos quais temos de recorrer para regenerar a descoberta original. Isto permite-nos fazer, do ato de descoberta criativa, um objeto de pensamento consciente: assim, é-nos demonstrado ser um fenómeno concretamente existente, dado ser eficiente nos seus efeitos sobre o mundo real; porém, não é um fenómeno sensorial, mas sim um fenómeno puramente intelectual. É um “objeto de pensamento”, uma “mónada” de Leibniz, uma “ideia” no trabalho de Platão, ou algo que pertence ao tipo de *Geistesmassen* a que Riemann se referia.

É a partir deste ponto de vista privilegiado que nos é possibilitado descobrir uma ordem mais elevada de objeto intelectual, a *hipótese superior*, ou um princípio eficiente de sucessivas descobertas criativas (i.e. *hipóteses*). É isto que surge como *Razão* em Johannes Kepler, por exemplo. Surge sob a aparência de um novo tipo de ideia geométrica: na descoberta de Riemann, a *curvatura* do espaço-tempo físico.

19. Em contraste com os dogmas estéticos degenerados de Immanuel Kant e outros Românticos.

20. Isto define um tal princípio que é representativo de um *tipo*, no uso que Georg Cantor faz desse termo.

21. Na teoria das funções matemáticas, a relação do Um com os Muitos é tipificada pela noção geral de *transfinitude*, uma noção que não tem qualquer relação com as grosserias intelectuais de Gottlob Frege, Bertrand Russell, *et al.*

É-nos assim dado acesso à noção de noções relativamente superiores no respeitante a princípios eficientes, e eficientemente geradores de sucessivas descobertas válidas de hipótese. Esta perspectiva geral do processo de geração de hipóteses melhoradas de ordem superior é simplesmente denominada de “hipotetizar a hipótese superior”. Isto coloca a certeza da existência de Deus. Não apenas qualquer tipo de entidade teística, mas sim o Deus de Moisés, do modo como Filo vê Moisés.

Simplificando. Tome-se todo o desenvolvimento criativo alguma vez levado a cabo pela Humanidade, por toda a Humanidade, e todo o desenvolvimento análogo no seio do Universo em geral. “Todo o desenvolvimento criativo” significa uma única inteligência criativa eficiente, que existe em todo o tempo e em todo o espaço, como se todo o tempo e todo o espaço estivessem compactados num único e indivisível evento. A Multiplicidade da Criatividade, o “Devir” (ou, “Tornar-se”) de Platão, são então implicitamente definidos, ontologicamente, como o Um que é o “Bem” de Platão, ou “Deus”<sup>22</sup>.

## O que é Real?

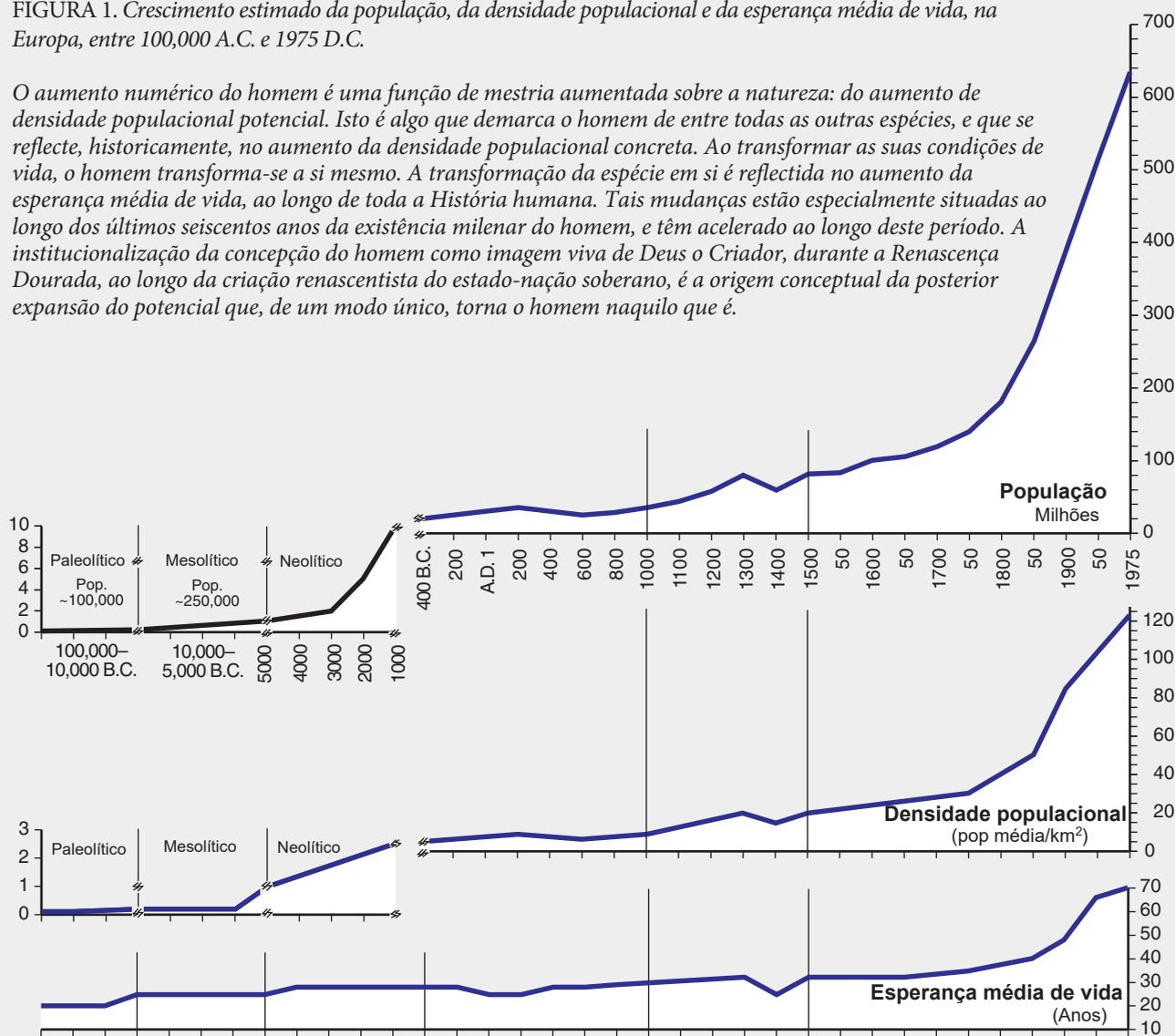
“Verdade” (truth) é realidade; “veracidade” (truthfulness) é eficiente dedicação à descoberta dessa realidade. Em toda a História da ciência, essa qualidade da veracidade é melhor tipificada pelo método socrático de Platão. Ao longo dos séculos, os opositores da noção de realidade de Platão têm recorrido à insistência de que a dialética de Platão é meramente muito esperta, mas isso apenas com base na noção de que Platão situa a realidade primariamente no domínio das ideias, o que contradiz a realidade dos sentidos. Assim, temos as múltiplas variedades das condenações formalistas iletradas do “Idealismo” de Platão.

Em contraste com o alegado “Idealismo” que é postulado por marxistas e outros críticos de Platão, todo o conhecimento válido no domínio da ciência física de-

22. Georg Cantor define uma correspondência entre, de um lado, a sua própria noção do Transfinito e do Absoluto e, do outro, as ideias do Devir (ou, Tornar-se) e do Bom, de Platão. À soma de todas as funções transfinitas no tempo, Cantor equaciona a noção platónica do Devir. Eliminam-se as condicionalidades de espaço e tempo, e todo o Devir, um Muitos, corresponde a Um que é o Absoluto, ou o Bom de Platão. Em termos formais, a noção desta equivalência, por Cantor, é uma comparação válida. Até aí tudo bem. Porém, o Deus de Platão não é um constructo teísta. Há duas considerações adicionais que não são respondidas por Cantor, mas que são, porém, cruciais para a apresentação adequada da noção platónica de Deus. Essas considerações são contempladas adiante.

FIGURA 1. Crescimento estimado da população, da densidade populacional e da esperança média de vida, na Europa, entre 100,000 A.C. e 1975 D.C.

O aumento numérico do homem é uma função de mestria aumentada sobre a natureza: do aumento de densidade populacional potencial. Isto é algo que demarca o homem de entre todas as outras espécies, e que se reflecte, historicamente, no aumento da densidade populacional concreta. Ao transformar as suas condições de vida, o homem transforma-se a si mesmo. A transformação da espécie em si é reflectida no aumento da esperança média de vida, ao longo de toda a História humana. Tais mudanças estão especialmente situadas ao longo dos últimos seiscentos anos da existência milenar do homem, e têm acelerado ao longo deste período. A institucionalização da concepção do homem como imagem viva de Deus o Criador, durante a Renascença Dourada, ao longo da criação renascentista do estado-nação soberano, é a origem conceptual da posterior expansão do potencial que, de um modo único, torna o homem naquilo que é.



Todos os gráficos são baseados em estimativas médias compiladas por diversas escolas de demografia. Nenhum dos gráficos alega uma precisão maior que precisão indicativa. Porém, as curvas homogeneizam aquilo que, de contrário, seriam consideradas variações significativas, de nível local ou até temporal, dessa forma reduzindo as variações contempladas ao conjunto de mudanças que são significativas, independentemente da qualidade das estimativas e das escalas dos gráficos. Fontes: para população e densidade populacional, Colin McEvedy e Richard Jones, Atlas of World Population History; para esperança média de vida, vários estudos em demografia histórica.

Notem-se as quebras e as mudanças de escala ao longo das curvas.

pende, em absoluto, de evidências experimentais obtíveis unicamente a partir do domínio da economia física. É aqui que os argumentos dos monges, dos fenomenologistas da religião em geral, dos admiradores de Hugo Black, e dos críticos de Platão mais genericamente, se tornam destroços naufragados: e, eis que naufragam, em deliciosa ironia, nos duros recifes da certeza matemática físico-económica.

“Metafísica!”, objetaria a melhor informada oposição àquilo que acabámos de enunciar. Para mate-

rialistas como para empiristas, o “físico” pertence àquilo que é conhecido pelos sentidos. São vítimas da sua própria “fé cega” em certeza sensorial. São devotos do espaço-tempo da imaginação visual ingénua. Para tais pessoas, o argumento de que alguma agência cognoscível ao intelecto, mas não à certeza sensorial, pode ser uma causa eficiente de mudanças no domínio do sensorialmente percebido, é “mera metafísica”.

Um exemplo disto é o famoso slogan de Isaac Newton, “*hypotheses non fingo*”. Newton não aceitava

TABELA I. *Desenvolvimento da população humana.*

	Esperança média de vida (anos)	Densidade populacional (pop média/km <sup>2</sup> )	Comentários	População global (milhões)
<b>Comparação com os primatas</b>				
Gorilas		1/km <sup>2</sup>		.07
Chimpanzés		3-4/km <sup>2</sup>		Acima de 1
<b>Homem</b>				
<b>Australopitécineos</b> 4,000,000-1,000,000 A.C.	14-15	1/ 10 km <sup>2</sup>	68% morrem pelos 14 anos de idade	.07-1
<b>Homo Erectus</b> 900,000-400,000 A.C.	14-15			1.7
<b>Paleolítico</b> (caçadores-recolectores) 100,000-15,000 A.C.	18-20+	1/ 10 km <sup>2</sup>	55% morrem pelos 14 anos de idade; média etária pelos 23 anos	
<b>Mesolítico</b> (proto-agrírios) 15,000-5,000 A.C.	20-27			4
<b>Neolítico</b> 10,000-3,000 A.C.	25	1/km <sup>2</sup>	"Revolução agrícola"	10
<b>Idade do Bronze</b> 3,000-1,000 A.C.	28	10/km <sup>2</sup>	50% morrem pelos 14 anos de idade Agricultura comunal de sequeiro, Baluquistão, 5,000 A.C.: 9.61/km <sup>2</sup> Desenvolvimento de cidades: Sumer, 2000 A.C.: 19.16/km <sup>2</sup> Baixa Idade do Bronze: Egeu, 3,000 A.C.: 7.5-13.8/km <sup>2</sup> Alta Idade do Bronze: Egeu, 1,000 B.C.: 12.4-31.3/km <sup>2</sup> Dinastia Shang na China, 1000 A.C.: 5/km <sup>2</sup>	50
<b>Idade do Ferro</b> A.C. 1,000-	28			50
<b>Período Clássico Mediterrân</b> 500 A.C – 500 D.C.	25-28	15+/km <sup>2</sup>	Grécia Clássica, Peloponeso: 35/km <sup>2</sup>  Império Romano: Grécia: 11/km <sup>2</sup> Itália: 24/km <sup>2</sup> Ásia: 30/km <sup>2</sup> Egipto: 179/km <sup>2</sup> *  Dinastia Han na China, 200 A.C.-200 D.C.: 19.27 Shanxi: 28/km <sup>2</sup> Shaanxi: 24/km <sup>2</sup> Henan: 97/km <sup>2</sup> * Shandong: 118/km <sup>2</sup> *  * Agricultura intensiva irrigada em vales atravessados por rios	100-190
<b>Período Medieval Europeu</b> 800-1300 D.C.	30+	20+/km <sup>2</sup>	40% morrem pelos 14 anos de idade Itália, 1200: 24/km <sup>2</sup> Itália, 1340: 34/km <sup>2</sup> Tuscânia, 1340: 85/km <sup>2</sup> Brabant, 1374: 35/km <sup>2</sup>	220-360
<b>Europa, Século 17</b>	32-36		Itália, 1650: 37/km <sup>2</sup> Bélgica, 1650: 50/km <sup>2</sup> França, 1650: 38/km <sup>2</sup>	545
<b>Europa, Século 18</b>	34-38	30+/km <sup>2</sup>	"Revolução Industrial" Itália, 1750: 50/km <sup>2</sup> Bélgica, 1750: 108/km <sup>2</sup> França, 1750: 44/km <sup>2</sup>	720
Massachusetts, 1840 Reino Unido, 1861 Guatemala, 1893 Rússia Europeia, 1896 Checoslováquia, 1900 Japão, 1899 Estados Unidos, 1900 Suécia, 1903 França, 1946 Índia, 1950 Suécia, 1960	24 32      41	41 43  40 44 48 53 62 73	90+/km <sup>2</sup> Esperanças médias de vida: "Industrializados" à direita; "Pré-industrializados" à esquerda	1,200          2,500
1970 Estados Unidos Alemanha Ocidental Japão China Índia Bélgica	59 48	71 70 73	1975 26/km <sup>2</sup> 248/km <sup>2</sup> 297/km <sup>2</sup> 180/km <sup>2</sup> 183/km <sup>2</sup> 333/km <sup>2</sup>	3,900

qualquer metafísica a não ser aquela das suas amadas artes de magia negra<sup>23</sup>. Tal como foi apontado por Bernhard Riemann, há quase dois séculos atrás, o juízo mais amável que se pode fazer do slogan de Newton é o de “auto-ilusão”. Riemann reconheceu a noção newtoniana de inércia como um produto direto de uma hipótese previamente assumida que é sobreposta ao retrato da moção no espaço-tempo da imaginação ingénua. O uso iletrado que Newton fez do termo “hipótese” é consistente com a falácia axiomática a que, nesse particular, recorre<sup>24</sup>.

Na prática, a *hipótese* correlaciona-se com a maior eficiência, sobre a natureza, de ideias que são conhecidas apenas nos intelectos de Deus e do homem: ideias plenamente eficientes que direcionam os movimentos no domínio inferior dos fenómenos sensoriais, à semelhança do que poderia acontecer com ovelhas que obedecem à intenção do pastor. É a tais ideias que os críticos de Platão negam existência eficiente na natureza. E, são essas ideias que provam a verdade dos versos 26-30 do *Génesis*. Estas evidências cruciais, que o autor deste ensaio tem vindo a fornecer, ao longo do último meio século, em várias publicações, e ainda noutras instâncias, são agora sumarizadas como se segue.

Fosse o homem como Sua Alteza Real o Príncipe Philip o descreve, uma mera espécie de macaco superior, então a população humana nunca teria vindo a exceder, em qualquer altura durante os últimos dois milhões de anos do Cenozóico tardio, uma densidade populacional superior àquela que é característica daquela família de omnívoros recolectores que inclui os macacos superiores: ou seja, não mais que vários milhões de indivíduos. Este ponto é ilustrado pela consideração de estudos daquelas culturas degeneradas nas quais as densidades populacionais colapsaram a níveis de tipo “aborígene”, onde o estilo de vida mais se aproxima do modo de existência “recolector” dos macacos.

Considerem-se as duas figuras que acompanham este ensaio, os gráficos de curvas populacionais de “Como Bertrand Russell se Tornou num Homem Malevolente” [VER Figura 1], e a tabela a apresentar exemplos de demografias históricas e pré-históricas, tabela esta que apareceu na “Revolução Conservadora

nos EUA de Phil Gramm”<sup>25</sup> [VER Tabela 1]. Enquanto todas as “ecologias animais” são caracterizadas, para espécies individuais, por um intervalo fixo de variabilidade em densidades populacionais relativas potenciais, a História demográfica da espécie humana corresponde a uma longa onda de aumentos sucessivos no potencial populacional das culturas dominantes da Humanidade: ao longo de, e acima de toda uma série de intervalos possíveis sucessivos de densidade populacional relativa potencial. Como é mais claramente demonstrado pela mais recente fase de expansão em densidade populacional relativa potencial humana, a começar com a Europa nos 1440s, a taxa de avanço nesta variável descreve, aparentemente, uma função hiperbólica. Colocando-se a coisa nestes termos, então o homem surge como parecendo comportar-se como uma sucessão auto-evoluída de espécies, de qualidades de existência mais baixas, para mais altas.

Antes de 1440, a Humanidade já tinha atingido um nível vastamente superior ao nível de qualquer espécie de mamífero omnívoro, o de várias centenas de milhões de pessoas. Mais notavelmente, durante os mais de cinco séculos e meio desde o estabelecimento da França de Luís XI como primeiro estado-nação moderno do mundo (*commonwealth*), a população humana foi aumentada em cerca de dezassete vezes todo o aumento de população humana durante toda a existência humana, antes de 1440.

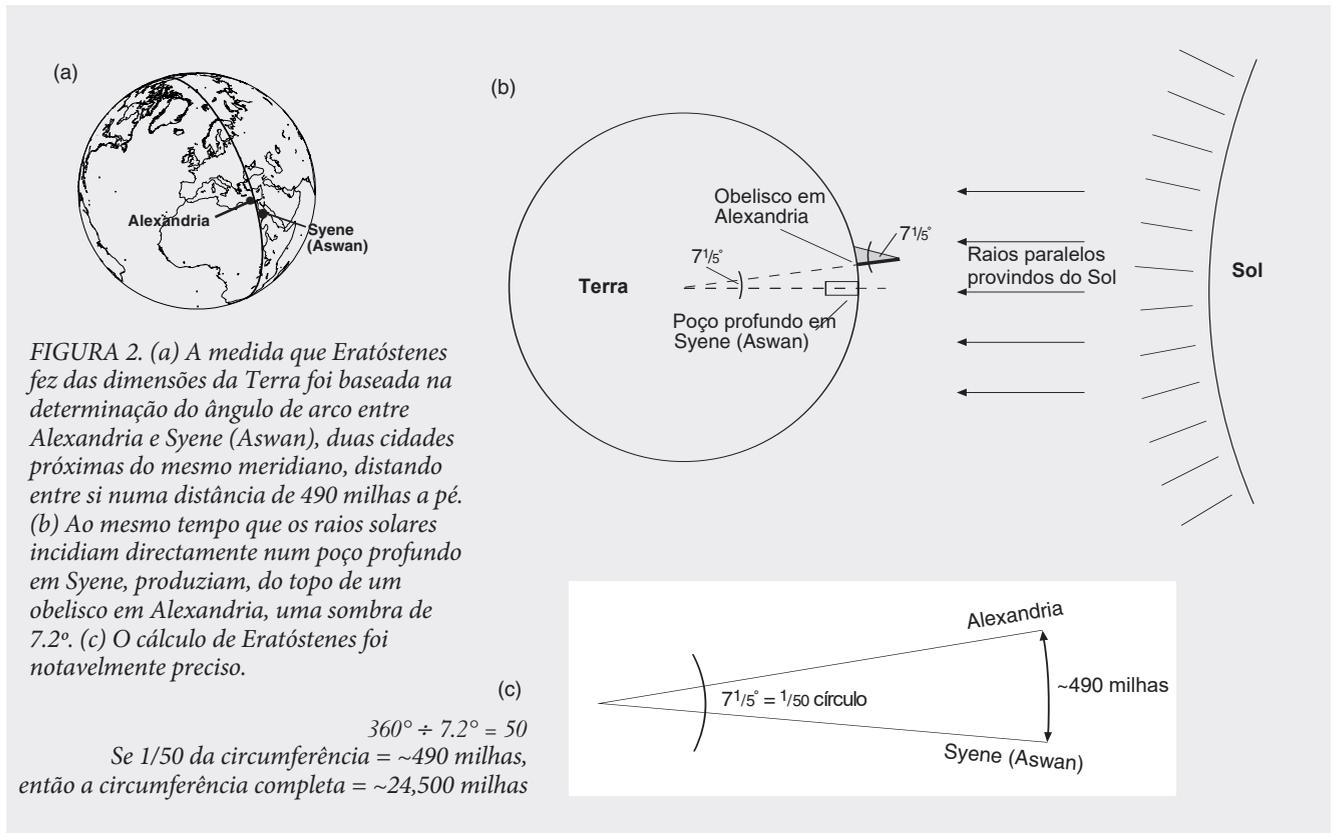
Outro fato crucial intimamente relacionado destes últimos cinco séculos, é o de que, durante toda a existência humana antes do aparecimento do moderno estado-nação, em todas as culturas, mais do que noventa e cinco por cento da população total subsistia numa condição de vida comparável a servidão, escravatura, ou até pior. O aumento em esperança de vida, bem-estar, nível de consumo, e produtividade, a par da ascensão em desenvolvimento urbano de séculos recentes, corresponde a um crescente nível potencial de expectativa de vida e de vida familiar, nunca antes disponível à Humanidade em geral.

A figura torna-se mais clara se reconhecermos as mais explícitas qualificações a serem feitas no respeitante aos últimos cinco séculos de cultura europeia: primeiro, o papel pernicioso daquelas velhas instituições oligárquicas que a civilização moderna nunca sucedeu

23. A abertura da arca de papéis de investigação de Isaac Newton, por Lord Maynard Keynes, *et al.*, neste século, não veio demonstrar nada de mérito científico, mas sim e apenas uma obsessão sórdida com experiências em magia negra.

24. Riemann, *Werke*, *op. cit.*, p. 525.

25. Reimpresso a partir de, respetivamente, *Fidelio*, Vol. III, Nº 3, Outono 1994, p.25, e *Executive Intelligence Review*, Vol. 22, Nº 8, 17 de Fev., 1995, p. 28.



em erradicar do poder político; depois, o papel da “New Age”, durante os últimos trinta anos, na reversão da tendência ascendente de progresso tecnológico ao longo dos séculos. Com base nestas duas observações qualificadoras, é legítimo dizer, em toda a justiça, que, ao longo de toda a existência humana prévia, nunca houve nada comparável às taxas de melhoria do poder da Humanidade sobre a natureza (*per capita* de força laboral, por lar, por quilómetro quadrado de área terrestre empregue), que vieram a ser obtidas sob o estado-nação moderno.

Porém, as concretizações únicas do moderno estado-nação também trazem a foco os mesmos princípios que foram responsáveis por todo o progresso humano ao longo dos últimos aproximadamente dois milhões de anos (período que alguns paleontólogos estimam ser o período total inferível de existência humana neste planeta). O que é frequentemente, e de modo geral, identificado como “cultura”, reflete um complexo de mudanças, acumuladas ao longo de muitos milénios, no conhecimento e no comportamento humano. Para este propósito, “cultura” significa, inclusivamente, as categorias de conhecimento que associamos com ciência, tecnologia, linguagem, e com aquilo que, desde a

Grécia antiga, a tradição europeia reconhece como as formas de arte Clássicas. Na medida em que estas mudanças possam ser efetivamente correlacionadas com melhorias na condição humana potencial, incorporam descobertas que, ultimamente, são do mesmo tipo que *mudanças* revolucionárias axiomáticas em hipóteses, no seio do domínio da ciência física.

Contra este background histórico, a *verdade* pertence *primariamente* não àquilo que é conhecido mas, ao invés, ao processo através do qual sucessivos avanços no conhecimento são alcançados. Em resumo, a forma ontologicamente primária do nosso conhecimento da verdade não pertence a nenhuma crença respeitante a um fenómeno sensorial específico, mas sim aos princípios de descoberta que, demonstravelmente, aumentam o poder da Humanidade sobre o universo, pela transformação radical da forma pela qual as crenças sobre fenómenos específicos são formadas. É esta mudança em crença que determina a expansão do poder humano sobre a natureza: *per capita*, por lar, e por quilómetro quadrado de área terrestre usada.

É possível, assim, ouvir um eco do famoso dito de Heráclito, “nada é constante a não ser a mudança”. Os pensamentos do indivíduo devem prosseguir para o

paradoxo ontológico definido por Platão, através do seu *Parménides*: a chave para a resolução desse paradoxo reside em transitar a noção de realidade, do fenómeno individual da série, para o tipo produzível e sobreordenado de *mudança* que define a geração de fenómenos dessa série. A realidade ontológica não é expressa como o membro individual da série, mas sim como o tipo de princípio ordenador “transfinito” que subjaz a cada qual e a todos os outros restantes membros dessa série; os que são conhecidos e os que não o são.

A *hipótese superior* tipifica esta noção de *mudança* como a *ontologicamente* relativamente primária expressão de verdade.

Nos preconceitos daqueles que seguem Paolo Sarpi, Bacon, Galileu, Newton, *et al.*, ao longo da senda da fé religiosa cega numa imaginação visual ingénuo, o que é primário é o fato isolado da existência de um fenómeno sensorial individual. De acordo com tais variedades pagãs de “fé cega” religiosa em matemática de sala de aula genericamente aceite, a ciência física expressa o movimento de tais fenómenos sensoriais no seio de espaço-tempo visual linear e ingénuo. Para dar conta de tais movimentos, reais ou virtuais, estes pobres pagãos investigam forças de percussão e ação-à-distância, de entre tais conjuntos de fenómenos sensoriais individuais, no respeitante a interação no seio de um tal conjunto que seja implicitamente suscetível de análises por pares.

No universo real, as coisas procedem de modo muito diferente. Nem a existência da partícula, nem a sua moção de deslocamento linear no espaço-tempo, são primárias. O que é primário é a *mudança* nas nossas noções axiomáticas da totalidade do espaço-tempo no seio do qual os processos se desenrolam. Estas mudanças em conceção são comparadas entre si à medida que resultam em relativamente maior ou menor poder da Humanidade sobre a natureza: *per capita*, por lar, e por quilómetro quadrados de área terrestre usada. Assim, e enquanto superstição empirista depende do fenómeno particular como ponto de partida para os seus métodos de análise, a ciência começa à maneira de Platão, Johannes Kepler, e Riemann (por exemplo). A ciência começa com aqueles tipos de descobertas que, como as ideias, aumentam o poder da Humanidade sobre a natureza, descobertas cuja representação formal é aquela descontinuidade absoluta que separa um “retículo de teoremas” de ordem mais elevada a outro obsoleto, uma hipótese superior a outra, inferior, que, antes disso, era amplamente aceite.

Assim, a ciência começa do topo, e daí prossegue para o fundo, começando com o carácter axiomático do espaço-tempo físico como um todo. Por contraste, superstição empirista começa a partir das suas assunções sobre as mais discretizáveis partes individuais envolvidas. Empirismo foca-se na relação do impulso do indivíduo para com o fenómeno sensorial. Em contraste, a ciência foca-se naquelas formas contínuas de progresso pelas quais o poder do homem sobre a natureza é aumentado. É o princípio de “mudança” que tipifica esse progresso demonstrável em poder humano sobre a natureza, que é o objeto primário do inquérito científico, o aspeto do espaço-tempo físico que é *ontologicamente primário*. Assim, o que é real é aquilo que é, de uma forma inteligível e socrática, demonstrado ser ontologicamente primário.

E, é aquilo que é inteligivelmente cognoscível à mente do homem mortal, através de esforços para *hipotetizar a hipótese mais elevada*.

## O Amor de Deus

Considerem-se dois de entre os fatos cruciais que até aqui identificámos, sobre a ideia de veracidade (truthfulness). (1) A verdade *não* está sujeita a modos dedutivos de prova, uma vez que a veracidade sobre um qualquer tema está localizada na sucessão de descontinuidades que destroem o presentemente aceite conjunto de axiomas e postulados; (2) A veracidade é demonstrável de uma forma experimental; porém, a veracidade em si não existe como fenómeno sensorial. A realidade nunca existe como um fenómeno sensorial. Tão somente, e como princípio, é um objeto intelectual demonstravelmente eficiente, um objeto existente na forma de uma *metáfora*. Por “demonstravelmente eficiente”, é significado que o poder do homem sobre a natureza é inteligivelmente aumentado pela descoberta e pelo emprego desse princípio.

Considere-se, como ilustração, o esforço de um estudante para replicar a medida do tamanho da Terra, levada a cabo pelo celebrado Eratóstenes<sup>26</sup>. O ponto crucial que tem aqui de ser enfatizado, pelo professor

26. Eratóstenes estimou que um único grau de um grande círculo (meridiano) da Terra corresponderia a 700 estádios egípcios, o que colocaria o diâmetro estimado da Terra a cerca de 7,850 milhas. Ver *Obras Matemáticas Gregas: II. De Aristarco a Pappus* [Greek Mathematical Works: II. Aristarchus to Pappus, Loeb Classical Library, traduzido por Ivor Thomas (Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1941-1980), pp. 260-273]. Ver ainda o sobre Aristarco, no mesmo volume.

que orienta o trabalho do estudante, é o de que, antes da moderna era aeroespacial, nenhum ser humano tinha ainda visto a curvatura da Terra. Porém, Eratóstenes, durante a fase tardia do Século III A.C., estimou, seguindo o método de Aristarco, o comprimento do arco de um grande círculo (meridiano) da Terra, e fê-lo com a gratificadamente pequena (considerando os meios então disponíveis) margem de erro de menos de um por cento [ver Figura 2]. O ponto mais essencial aqui, é o da descoberta de que, não só é possível medir algo que não se consegue ver, como é também possível demonstrar que o objeto em questão tem um tipo de existência que é inversamente oposto àquilo a que os nossos sentidos nos levariam a crer.

Não obstante circunstâncias diferentes (providenciadas pela moderna tecnologia aeroespacial) nos permitam ver sensorialmente o objeto em questão, a Terra, o fato é que Aristarco, Eratóstenes e outros conseguiram demonstrar o formato do objeto sem que para tal pudessem contar com a assistência *direta* dos sentidos. Isto providencia, portanto, uma demonstração eficiente, e mais prontamente acessível, da existência de objetos-de-pensamento cuja existência, nas nossas mentes, é independente das evidências diretas que são acessíveis aos nossos sentidos<sup>27</sup>.

27. Compare-se o caso do charlatão, o pretense astrónomo Cláudio Ptolomeu, que trabalhou um século após Aristarco e Eratóstenes. Evidências modernas demonstram que os aspetos cruciais do trabalho astronómico de Cláudio Ptolomeu não eram baseados em quaisquer observações concretas por si levadas a cabo, mas sim numa falsificação deliberada de dados astronómicos produzidos por outras fontes, das quais Ptolomeu implicitamente pretendia não ter conhecimento. Sobre isto, ver Robert R. Newton, *O Crime de Cláudio Ptolomeu* [*The Crime of Claudius Ptolemy*] (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1977)]. Com base em tais evidências, e em evidências relacionadas, podemos dizer que, não só o famoso sistema de Ptolomeu era demonstravelmente falso já durante a era de Ptolomeu (quando posto lado a lado com evidências científicas que estavam prontamente acessíveis ao mesmo Ptolomeu), mas também que o próprio Ptolomeu fez referência às evidências que demonstravam que o sistema solar era heliocêntrico, e construiu paródias fraudulentas desses dados, de modo tal a eliminar a “hipótese solar”. Nunca houve uma “Revolução Copernicana”. Houve apenas a denúncia politicamente arriscada (por figuras renascentistas como o Cardeal Nicolas de Cusa, Copérnico e, em especial, Johannes Kepler), da fraude intelectual e moral que subjazia a toda a devoção de apoio a um dogma anti-heliocêntrico. A questão do método envolvido, é a de que o dogma fraudulento de Cláudio Ptolomeu, não obstante dependente de evidências falsificadas, maquiadas pelo próprio, propõe-se a demonstrar que a astronomia deve ser baseada em percepção sensorial ingénua, e isso de acordo com um tipo ingénua de imaginação visual. Assim sendo, Ptolomeu deve ser visto como um precursor de Pietro Pomponazzi, de Pádua, e de tais se-

Trate-se este caso como típico de uma grande categoria de lições, no contexto de um bom currículo educacional. Esta aula tem duas características distintivas: (1) O estudante é impelido a demonstrar a existência de uma ideia que é eficiente, mas para a existência da qual não é fornecida, ao estudante, qualquer evidência sensorial direta; (2) A ideia em questão é demonstrativa do delírio que caracteriza a opinião contrária, providenciada por confiança ingénua nas evidências dos sentidos. Isto define uma classe de descobertas que só são acessíveis, ao estudante, pela replicação, na sua própria mente, do processo original, levado a cabo pelo descobridor da ideia, de descoberta de um objeto-de-pensamento metafórico e não-sensorial (uma conceção).

Em cada tal caso, o estudante começa com o estado de hipótese (o conjunto subjacente de axiomas e postulados), que identifica o estado de crença do estudante antes desta experiência. Em cada caso, sucesso significa a produção de uma nova hipótese, que substitui a anterior, e é demonstravelmente superior à mesma. A assim efetuada transformação em hipótese é demonstravelmente verdadeira, e corresponde inteligivelmente a um aumento do poder implícito do estudante sobre a natureza.

Esse é o método da educação clássica-humanista, contrastada com aqueles estuporantes “métodos de manual” que tendem, infelizmente, a ser preferidos, nos programas educacionais atuais em geral.

Foquemos agora a nossa atenção em três aspetos característicos de uma acumulação de descobertas replicadas do tipo assim ilustrado. (1) A conceção que é o objeto crucial da lição, não pode ser comunicada pela descrição do manual<sup>28</sup>. (2) Todos os tais atos de descoberta estão associados com uma qualidade especial de estado mental (emocional), um estado que tem a qualidade de *ágape*: “amor ao próximo”. (3) Esta é a classe de descobertas que caracteriza todas as formas Clássicas de belas artes, e também aquelas formas de progresso tecnológico que estão associadas ao aumento dos poderes produtivos do trabalho: à densidade populacional relativa potencial da espécie humana.

Uma breve nota sobre o primeiro destes três pontos. Cada descoberta criativa verdadeira adiciona, ao re-

guidores do veneziano Paolo Sarpi como Galileu, Francis Bacon, Descartes, e os empiristas britânicos e materialistas franceses em geral.

28. Isto ilustra a classe de evidências que denunciam a moderna “teoria da informação” (como aquela do Professor Norbert Wiener) como uma fraude pseudo-científica.

portório de uma linguagem, um significado que não estava anteriormente contemplado nessa linguagem. Cada replicação inicial, pelo estudante, de uma tal descoberta prévia, adiciona, ao uso da linguagem pelo estudante, um significado que, anteriormente, era inexistente desse uso da linguagem, pelo mesmo estudante. Tais ideias não podem ser comunicadas, por intento literal de qualquer construção, em termos do previamente estabelecido uso de uma linguagem<sup>29</sup>.

Prossigamos agora para a ideia de *ágape*. O espetáculo que é proporcionado por um qualquer ato de descoberta criativa por uma criança é, de modo geral, uma ocorrência quotidiana na experiência dessa criança ao longo de uma vida doméstica feliz. O desenvolvimento feliz e emocionalmente saudável da criança durante os primeiros anos de vida é dominado por uma relativamente elevada taxa de replicação de descobertas criativas, a partir do repertório da História da cultura. *Cada qual das mesmas constitui uma descoberta original para a criança*. Em tais momentos, existe uma virtualmente visível “aura de descoberta” no estado da personalidade da criança, um “brilho” que é, de modo similar, reconhecido pelos adultos perspicazes e observadores que vivam no lar, ou por professores na escola. Esse “brilho”, assim manifesto durante tais momentos, tem a qualidade que apóstolos cristãos como João e Paulo identificaram como “*ágape*”: “amor ao próximo”<sup>30</sup>.

O segundo fenómeno diz diretamente respeito àquela mais crucial questão da defesa da Cristandade, a que o Papa apresenta no seio do capítulo referenciado do seu livro: amor por Deus, amor pela Humanidade, amor por este mundo. Este fenómeno exige atenção especial. Faz parte da natureza do tema aqui em questão, que a interpolação de uma nota autobiográfica torne mais claros os pontos relevantes.

Infelizmente, momentos felizes como esses, frequentes até aí, tendem a desaparecer ao longo da experiência escolar da mesma criança. Este escritor lembra-se da crescente combatividade que veio a adquirir, nesse campo, ao longo dos seus anos educacionais, mais ou menos desde o momento em que entrou para o primeiro ano de escolaridade, até ao seu desprezo posterior por uma intolerável experiência universitária. Ainda que as suas experiências tenham sido diferentes,

os leitores devem, na sua maioria, conseguir reconhecer as questões a que o autor aqui se dirige.

Ao início, o problema relevante apareceu, a este autor, na forma de um hábito percebido de desonestidade, entre os círculos dos seus pais, e entre os seus pares de idade escolar. Era aparente, até mesmo para uma criança pequena, que aquilo que estes pares e adultos exprimiam, em público, como sendo as suas opiniões, tendia a não ser consistente com aquilo que afirmavam em privado. Era aparente que as suas opiniões sobre um qualquer tema variavam de acordo com o contexto social no qual essas opiniões estavam a ser expressas. Uma vez que este autor era muito bem lido para a sua idade, com maior acesso a textos de referência, e maior uso dos mesmos, que a maior parte de entre os seus pares, era-lhe claro, logo nos primeiros anos de escola, que as opiniões que eram ensinadas nas salas de aula e nos manuais, por exemplo, tendiam a ser contraditórias ou pura e simplesmente incompetentes; e, que eram por vezes impostas mais com base numa preocupação em manter a aparência de autoridade, que com base em qualquer apreço pela verdade.

É duvidoso que, daquela geração da II Guerra Mundial, viessem a surgir muitos pais que estivessem disponíveis para considerar o impacto, sobre as sensibilidades morais dos seus filhos, da sua própria (tipicamente estadunidense) hipocrisia adulta para agradar ao outro. No final dos 1960s e no início dos 1970s, durante o decurso da experiência do autor em vários campus universitários, a ensinar jovens sobre a sua própria (do autor) geração de guerra, a conexão relevante foi tornada lamentavelmente clara. A hipocrisia permeando a obsessão temerosa com modas políticas populares, e outras, hipocrisia essa que assumiu controlo sobre muitos da geração regressada da II Guerra Mundial (durante o período “McCarthyista” do final do 1940s e dos 1950s), tinha servido de precursora para a baixez moral e para o cinismo moral que viria a permear os seus filhos: a geração de idade universitária dos meados dos 1960s e dos inícios dos 1970s.

A principal preocupação intelectual e moral do autor, durante os seus anos de adolescência, começando aos doze anos de idade, tinham sido leituras sistemáticas das obras de filósofos de topo (ingleses, franceses e alemães) dos Século Dezassete e Dezoito: de Bacon a Kant. Foi durante essa adolescência que o autor adotou o seu compromisso de vida para com o ponto de vista metodológico de Gottfried Leibniz, em oposição a Bacon, Descartes, Newton, Hume, Kant, *et al.* Assim, o

29. Lyndon H. LaRouche, Jr., “Sobre o Tema da Metáfora” [“On The Subject of Metaphor,” *Fidelio*, Vol. I, No. 3, Fall 1992].

30. *E.g.*, I *Coríntios* 13.

hábito adquirido, durante a adolescência, de examinar proposições do ponto de vista das suas assunções axiomáticas subjacentes implícitas, veio a moldar cada vez mais a opinião do autor relativamente a tópicos de manual e da sala de aula e (de modo mais geral), relativamente a temas de discussões e debates. E, foi neste contexto que o autor veio a reconhecer uma dimensão mais profunda, e mais feia, que subjazia aos hábitos de falsidade que eram lugar comum entre a maior parte dos adultos e dos pares com quem tinha contato.

Imagine-se o seguinte tipo de diálogo entre um adolescente e o seu pai, ou professor. O estudante diz, “Eu não posso aceitar essa assunção”.

O adulto refuta o estudante: “Espera até teres dominado o campo, e então terás o direito de questionar as suas assunções. Até lá, o teu trabalho é o de aprender aquilo que te dizem para aprender; não tens qualquer direito de questionar tais questões até essa altura”. Este último tipo de refutação expressa as assunções axiomáticas que são implícitas, por exemplo, à matemática genericamente aceite de sala de aula, nos dias de hoje. Anos após a adolescência, pela altura em que o estudante, ou a estudante, veio a adquirir o seu grau académico no campo, já perdeu a capacidade mental para se lembrar da questão socrática suprimida dos anos precedentes<sup>31</sup>.

31. Para a criança de idade escolar, começando-se ainda antes do 1º ano, existe tipicamente uma forma pela qual a criança pode ser assistida na conceptualização do tipo de objeção que ela própria (a criança) coloca, meio a título de objeção, meio a título de questão. Na pior das hipóteses, uma resposta apropriada assume a seguinte forma geral: “deixa-me dar-te um exemplo que deverá fazer-te compreender melhor a questão que estás a colocar”. É um fato que não se pode esperar que todos os pais, todos os professores, produzam tais exemplos de improviso, a cada nova situação deste tipo. Porém, e se os currículos, os textos de referência, a formação de professores, e os planos de aula fossem competentes (algo que geralmente não são), então cada problema conceptual crucial deste tipo que os estudantes enfrentassem, em dados momentos no currículo, seriam notados de antemão. Esse tenderia a ser o caso, não fosse o fato de que a profissão é, a todos os níveis de educação, dominada por patetas ensinadores tontos que são devotos do *hypotheses non fingo* de Newton e que, como tal, recusam-se a reconhecer que aquilo que estão a ensinar a crianças está densamente atravessado por presunções axiomáticas que a mente de qualquer criança inteligente pode reconhecer como falácias implícitas de assunção, no que está a ser argumentado pelo manual ou pelo professor.

35. Esta citação provém da Bíblia como foi traduzida no reino do rei James I e chegou até aos dias de hoje. Porém, na citação, foi restaurado o original *ágape*, em lugar daquilo que a tradição empirista oferece como a leitura enganadora da palavra “caridade”. Assim, e pelo fato de que a palavra tende a ser insuficientemente en-

No decurso dos 1950s e 1960s, o psicanalista de Yale, o Professor Lawrence S. Kubie, publicou os resultados de alguns estudos relevantes, sobre a temática do papel dos modernos métodos de sala de aula, e de manual, na destruição da capacidade criativa daquilo que tinham sido promissores jovens intelectos<sup>32</sup>. Kubie enfatizou a influência destrutiva do inculcamento repetitivo (“drill and grill”) académico, como responsável por isto. E, poderia ter equacionado as características patológicas da educação superior moderna (em particular) à doença moral da “negação da negação”, do Kantianismo<sup>33</sup>, ou, mais simplesmente, ao efeito pernicioso da tolerância ao *hypotheses non fingo*, o dogma irracionalista do supersticioso Isaac Newton.

A essência da boa educação consiste no compromisso do educador e do educado a não ensinar e a não acreditar em nada que saibam não ser verídico: assunções arbitrárias não são toleradas; assunções ingénuas são socraticamente compelidas à confissão da sua própria falsidade. Assim que esse princípio moral seja traído, como seja no decurso da propiciação de autoridade, os poderes do intelecto são embrutecidos, talvez

tendida, é essencial reverter a derivação de “caridade”, do latim “caritas”, e voltar ao original *ágape*, atribuindo a este termo o significado apropriado, original que é aqui reafirmado.

32. Lawrence S. Kubie, *Distorção Neurótica do Processo Criativo* [*Neurotic Distortion of the Creative Process* (Lawrence: University of Kansas Press, 1958)]. Ver também “O Cultivo de Produtividade Criativa Científica”, pelo mesmo Kubie [“The Fostering of Scientific Creative Productivity,” *Daedalus*, Vol. 91, No. 2, Spring 1962]. O aspeto irónico da contribuição de Kubie reside no fato de que o putativo fundador da profissão psicanalítica de Kubie, o empirista radical Dr. Sigmund Freud, era um virulento opositor da proposição de que a criatividade sequer existia. Testemunhe-se o caso notório da calúnia invejosa do bissexual Sigmund Freud contra Leonardo da Vinci. Sobre a questão relevante da vida homossexual de Freud, ver Don Ennio Innocenti, *Fragilità di Freud* (Milan: Pan Editrice, 1975), pp. 31-36.

33. Ver “A Dialética da Razão Prática”, na *Crítica da Razão Prática* de Immanuel Kant: um homólogo para, e um precursor do “super ego” freudiano. Isto é um eco do grau ao qual irracionalismo aleatório depende do princípio empirista, no seio de um “jogo de *n*-pessoas”, sob o contrato social de Thomas Hobbes, John Locke, *et al.*, e no modelo de “comércio livre” comumente adotado pelo fisiocrata Quesnay, por Adam Smith, por Jeremy Bentham, pela noção de *utilidade* de John Stuart Mill, e na pseudocientífica análise de sistemas de John Von Neumann. Em Smith, isto aparece tanto como o princípio central da sua “filosofia moral” (i.e., a sua Teoria dos Sentimentos Morais, de 1759), e do dogma místico de “comércio livre”, ou da “Mão Invisível”, na sua *A Riqueza das Nações*.

para sempre. Poucos parecem ter a força moral interior para resistir ao envenenamento letal da faculdade moral da razão, através dessa forma tirada dos manuais. E, com toda a certeza, isto inclui muito poucos, de entre os estadunidenses contemporâneos, tipicamente orientados para agradar ao outro.

Esse embrutecimento do intelecto tem uma qualidade especial, que é concretizada pelo tipo de fraude moral que conhecemos como “educação de manual”. À primeira vista, pode-se falar da esterilidade seca-como-o-pó do formalismo; como aquela que é característica da instrução universitária atual em geral, uma estagnação morta do intelecto, que é tipificada, como experiência, pela leitura das extensões desertificadas, da monotonia mentalmente entorpecedora dos *Principia Mathematica* de Russell-Whitehead<sup>34</sup>. E, de modo mais profundo, é possível reconhecer que há a mais total ausência daquele “brilho” *agápico* que conhecemos de memória dos nossos momentos felizes de genuína descoberta criativa, durante a infância.

A noção de que a razão e a paixão são qualidades dissociáveis da vida mental é popular, porém absurda. O verdadeiro exercício da razão ocorre primariamente numa busca pelo “brilho da razão”, pela paixão peculiar, “agápica”, que associamos mais enfaticamente a todos os insights válidos, a todos os atos mentais axiomático-revolucionários de descoberta. Tal é a força motivadora, a paixão que fornece energia à força da razão. Neste sentido, pode-se falar de uma *paixão pela verdade*. É essa *paixão pela verdade* que é enervada pelos métodos formalistas do inculcamento repetitivo acadêmico, ou pelos métodos análogos de “treino para a obediência”, genericamente em prol de algo como educação para crianças. O “falarei verdadeiramente daquilo que conheço”, é substituído pelo mote do cortesão: “falarei daquilo que é verdadeiramente para minha própria vantagem, e tentarei fazer-me a mim próprio acreditar naquilo que os meus lábios prostituídos de laçao são, assim, compelidos a pronunciar, em prol daquilo que percebo como sendo a minha vantagem prática pessoal”.

Sem esta *paixão pela verdade*, a vida desaparece daquilo que é denominado conhecimento. Deixa de haver alegria no conhecimento, em prol de uma coisa repugnante, neurótica, kantiana, inteiramente anti-cristã,

lamuriante, no registo Uriah Heep: o dever de aparecer como opinião aceitável (“negação da negação”).

Como o apóstolo Paulo escreve em I *Coríntios* 13, sem *ágape*, “torno-me como latão sonante, ou como um címbalo que tine. E, não obstante tenha o dom da profecia, e compreenda todos os mistérios, e todo o conhecimento; e, ainda que tenha toda a fé, de tal modo que poderia mover montanhas, se não tiver *ágape*, não sou nada... *Ágape*... rejubila com a verdade”<sup>35</sup>. É pela falta de amor à verdade que advogados, testemunhas e juízes se vergam àquilo que cada qual, a cada momento, imagina ser de sua vantagem prática nesse momento. Isto é assim na prática daquilo que é chamado de justiça, e nas escolas, nos manuais de ciência, nas legislaturas, e na cabine de voto, onde os cidadãos vão apunhalar, pelas costas, a sua nação, a sua posteridade, e a si próprios. Não há remédio para condições morais tão deploravelmente decadentes, a não ser que os homens e as mulheres voltem a amar Deus, a amar a Humanidade, e a amar este mundo.

Esta qualidade de *ágape*, que permeia a criatividade, espelha o Deus não-hipotetizado, como qualidade *agápica* daquela personalidade que incorpora inteligência criativa perfeita, para além das fronteiras do *Devir*, para além do espaço e do tempo; aquele Deus sem o qual o universo não poderia existir.

### Amor por Progresso Tecnológico

Esta ligação, entre *ágape* e a compreensão prática que o homem constrói da existência do universo, é melhor expressa por progresso tecnológico geral.

Este progresso tecnológico pode ser representado como uma coleção de proposições práticas, cada qual implicitamente subjazendo, de modo eficiente, às restantes, através de um desenvolvimento evolutivo de uma noção geral de hipótese. Desta maneira, cada inovação tecnológica é uma de entre uma série de proposições; uma série a cujo princípio de design subjaz uma hipótese específica, uma descoberta criativa de princípio para o tipo em questão.

Para o caso aqui típico, a sequência de eventos é aptamente representada como se segue.

O começo do processo de descoberta que leva àquele princípio tecnológico melhorado, não se dá através de percepção sensorial, mas sim de um objeto intelectual, da conceção da existência de uma anomalia

34. Bertrand Russell e Alfred North Whitehead, *Principia Mathematica* (1910) (2ª ed., 1927) (New York: Cambridge University Press, 1968-1973).

35. Sem um tal amor pela verdade, não há nenhuma verdade que seja conhecida ou expressa.

lia. Típico disto, é um qualquer fenómeno do domínio da física, exigindo uma proposição a violar a física matemática até aí existente: pense-se, por exemplo, em Max Planck, e na sua obliteração implícita do mundo imaginário de Galileu, Newton, Euler, e Maxwell, através da descoberta do (inspirado em Kepler), princípio quântico.

Se aplicarmos o princípio-solução implícito no *Parménides* platónico, ao paradoxo ontológico desta percepção de uma tal anomalia, isso leva-nos na direção de uma nova física matemática, de uma nova física baseada numa hipótese que é de todo inconsistente com a hipótese subjazendo aos previamente aceites dogmas físico-matemáticos. A descoberta de Planck foi coerente com o princípio geral da dissertação de habilitação de Bernhard Riemann, e com as concretizações (no campo da química) centradas na descoberta da Tabela Periódica dos elementos, por Mendeleiev. O ataque, no registo de milícia de linchamento do Ku Klux Klan, que, no período pré-1918, foi dirigido contra Planck, pelos defensores do desacreditado Maxwell (em especial, pelos seguidores de Ernst Mach e por positivistas associados), ilustra o carácter axiomático e epistemológico da controvérsia assim gerada.

Esta nova hipótese exige uma demonstração de prova-de-princípio, uma demonstração que seja independente da anomalia específica que motiva o seu desenvolvimento. Albert Einstein reconheceu que a demonstração do princípio quântico no efeito fotoelétrico tinha uma tal crucial significância experimental.

Assim que sejam produzidas demonstrações de prova-de-princípio, as mesmas têm de ser repetidas de uma forma mais refinada, assim explorando as múltiplas novas questões colocadas pelo sucesso aparente da nova hipótese. A seguir, as assim melhoradas e refinadas variedades de designs experimentais têm um impacto apropriado na indústria de máquinas ferramentas da sociedade como uma toda. Da experiência crucial, é derivada uma série de princípios melhorados de design de ferramentas e máquinas e, de processos em geral.

Se combinarmos o uso relevante de tais princípios de design de máquinas-ferramentas, com a mestria, pelo trabalho produtivo, da mesma nova tecnologia, o resultado é um aumento dos poderes produtivos do trabalho<sup>36</sup>.

36. A expressão “poderes produtivos do trabalho”, como adotada pelo Secretário do Tesouro dos EUA, Alexander Hamilton, no seu *Relatório Sobre as Manufaturas* (Dezembro de 1791), ao Congresso

Isto é típico do processo por meio do qual as descobertas criativas em filosofia natural levam a um aumento na densidade populacional relativa potencial da espécie humana. É este aumento (como causado unicamente por esta obra do princípio criativo) que demarca em absoluto a Humanidade dos animais, e a eleva acima dos mesmos. É através desta qualidade específica e agápica, *universal* ao indivíduo humano, de potencial criativo, que o homem vem a conhecer a imagem refletida de Deus no *membro individual* da sua espécie.

Esta não é uma qualidade que seja “especial” a alguns indivíduos, por exclusão de outros. Da mesma forma, não é uma qualidade que pertença a alguma “alma coletiva” (tal como um “povo”) que possa ser imaginada por algum gnóstico. Esta é uma qualidade universal que está localizada em todos os indivíduos humanos como indivíduos. Ou seja: criatividade é algo que ocorre apenas no seio do domínio soberano da mente individual, e nunca através de uma transação entre pessoas. Não é possível comunicar um ato mental criativo através de um meio de comunicação. Pode-se apenas usar o meio de comunicação para induzir outra pessoa a replicar o ato criativo pretendido no seio do domínio soberano da sua mente. Podem-se, depois, reconhecer as evidências de que esta transação ocorreu.

---

dos EUA, é derivada da fundação da ciência económica, por Gottfried Leibniz. Esta é a *ciência da economia física*, como diferenciada do lixo empirista hoje ensinado em universidades ao longo do mundo. Meçam-se os “poderes produtivos do trabalho” nos seguintes termos de boa primeira aproximação. Dado um certo nível de tecnologia, de esperança média de vida, e assim sucessivamente. Considere-se todo o conteúdo das notas de consumo que são requeridas para sustentar estes níveis de qualidade de existência reprodutiva. Têm de ser estabelecidos três séries de medidas de tais “cestas de mercado”. (1) Em produção: custos de produção e despesas de investimento, *per capita*; (2) Requisitos por lar: por lar e *per capita*; (3) Quilometragem quadrada de área terrestre direta e indiretamente usada para produção, distribuição física, e habitação. Há quatro categorias de componentes destas “cestas de mercado”. (1) Infraestrutura económica física elementar: gestão hídrica e desenvolvimento das terras, sanitação geral, transportes gerais, produção e distribuição de energia, sistemas gerais de comunicações, infraestrutura urbana básica; (2) Infraestrutura “soft” básica: cuidados de saúde, educação, ciência; (3) Componentes físicos da produção e do consumo; (4) Componentes essenciais de serviço para o consumo de lares e de unidades de produção: saúde, educação e ciência. A medida de inputs e outputs subjacentes à auto-reprodução da sociedade, nestas unidades de medida, por cestas de mercado (*per capita*, por lar, e por quilómetro quadrado): o input exigido representa a “energia do sistema” de reprodução social. O output excedente, acima desse input, é aquilo que pode ser designado de “energia livre” do processo. As mudanças nos poderes produtivos do trabalho são apropriadamente medidas nestes termos de aproximação.

Logo, a humanidade é sagrada: apenas porque a potencialidade criativa soberana da vida humana de cada indivíduo é uma imagem sagrada de Deus. Exceto por essa qualidade *agápica*, universal ao potencial mental soberano de cada indivíduo humano, nenhum homem ou mulher teria mais direitos legítimos que qualquer animal. Com essa qualidade *agápica* da criatividade vem o amor de Deus, o amor pela humanidade, e o amor por este mundo. Na ausência dessa qualidade amorosa da criatividade, não haveria nada para o homem a não ser bestialidade, nada melhor que ter cada vida individual a terminar no nada hesicástico que é característico da “retirada das tentações deste mundo”.

### ***Ágape nas Formas Artísticas Clássicas***

As modernas doutrinas da estética que são genericamente aceites nas universidades atuais, e em círculos profissionais relacionados, são, na sua larga maioria, aptamente classificadas como fraudes explícitas, burlas enraizadas numa ou mais das tradições irracionistas variegadamente conhecidas como empirismo, romantismo, positivismo, e “etnicidade”.

O argumento exemplar a fazer aqui é o que foi fornecido por Friedrich Schiller e Heinrich Heine, nas suas denúncias da malignância de registo nazi que era implícita às doutrinas estéticas de Immanuel Kant<sup>37</sup>. O foco de Schiller é colocado no dogma estético degradado que Kant apresenta na sua última grande obra, a sua *Crítica do Julgamento*. O argumento de Heine é consistente com o de Schiller, e tem a vantagem de testemunhar da censura dos escritos de Schiller pelos fascísticos Decretos de Carlsbad do Príncipe Metternich, e do papel do agente de Metternich, G.W.F. Hegel, como “filósofo de estado” da Alemanha.

Na música, a imoralidade da tradição Romântica de

37. Ver Friedrich Schiller, “Das *Palestras Estéticas* (1792-93)” [“From the *Aesthetical Lectures* (1792-93)”], in *Friedrich Schiller: Poeta da Liberdade, Vol II, op. cit.* Ver Heinrich Heine sobre Romantismo, *A Escola Romântica*, e também o seu *Sobre a História da Religião e da Filosofia na Alemanha* [*The Romantic School, e Concerning the History of Religion and Philosophy in Germany* (2nd. ed., 1852)], ambos traduzidos por Helen Mustard, in *Heinrich Heine: The Romantic School and Other Essays*, ed. por Jost Hermand e Robert C. Holub (New York: Continuum, 1985)]. Durante a II Guerra Mundial, o ministério de propaganda britânico usou liberalmente o *Religião e Filosofia na Alemanha*, de Heine, argumentando, em toda a justiça, que as assunções idiomáticas subjazendo às filosofias de Kant e Hegel são fascísticas nas suas implicações práticas. Os britânicos omitiram, porém, a menção do fato de que as tendências fascísticas de Kant são derivadas da formação do mesmo como principal propoente de empirismo britânico na Alemanha.

Liszt, Wagner, *et al.*, é derivada do aspeto central de todas as *Críticas* de Kant. Kant, como, mais tarde, o positivista Sigmund Freud, e como todos os empiristas, nega a existência de um princípio *inteligível* de descoberta criativa. É a partir da premissa central das suas *Críticas* que Kant deriva o dogma estético irracionalista da escola Romântica, com a sua insistência de que, em arte, não existe qualquer standard inteligível para a verdade ou para a beleza.

Todos os Românticos, tal como o Richard Wagner da famosa cena *Liebestod*, no seu *Tristão e Isolda*, e como Liszt, e como Berlioz, *et al.*, opõem-se à qualidade *agápica* da paixão em J.S. Bach, Franz Josef Haydn, Wolfgang Mozart, Ludwig van Beethoven, Franz Schubert, e Johannes Brahms, e exigem, ao invés, que a música seja construída sobre impulsos eróticos. Richard Wagner, em tempos bombista mazziniano, odiava (tal como o seu confederado terrorista Bakunin) Beethoven, e declarou-se a si mesmo dedicado à destruição da influência de Beethoven.

Ainda pior, os apologistas de tão explícitos degenerados morais como o terrorista proto-nazi Wagner, sucederam em compelir os autores de literatura musical a consagrar, como dogma oficial, o mito mentiroso de que, em Música, existe um “período Clássico”, seguido por um “Romântico”, e assim sucessivamente. Esta invenção ideológica arbitrária e sem fundamentos é frequentemente usada para atribuir, a toda a música composta após o Congresso de Viena, em 1815, a qualidade irracionalista do Romantismo, ou, no mínimo, a influência do “emergente período Romântico”.

No decurso desta influência corruptora contínua, as obras tardias de Beethoven, que são rigorosamente Clássicas, e anti-Românticas em qualidade, são frequentemente interpretadas, por críticos musicais pervertidos, como manifestando qualidades Românticas. De Schubert, é dito que era virtualmente um total e completo Romântico. E a fraude vai tão longe, na mais completa ausência de vergonha, que (não obstante Johannes Brahms estivesse a compor num modo estritamente Clássico, de composição motívica, e o estivesse a fazer quando já nenhum dos principais compositores Românticos do Século XIX estava vivo), de Brahms é observado, por estes indigentes da máfia estética, que era um “Romântico”<sup>38</sup>.

38. Críticos desta afirmação podem sugerir os nomes dos dois notáveis compositores românticos que viveram até ao presente século [século 20], Hugo Wolf e Richard Strauss. Um como o outro, admitidamente,

E, lamentavelmente, tal como músicos tornados historicamente irracionais, por desejos temerosos de uma carreira, defendem o sucesso de pré-II Guerra Mundial do Ministro da Propaganda nazi, Josef Goebbels, na elevação da internacionalmente legislada “A” para 440 ciclos, muitos propiciam modas contemporâneas em crítica, ao tentarem desempenhar obras Clássicas de uma maneira Romântica. A este respeito, obras Clássicas desempenhadas por alguns de entre os mais celebrados artistas modernos são virtualmente inaudíveis.

Porque é que virtualmente todo o ensino estético contemporâneo é pura fraude, não apenas em música, como também em poesia, teatro, pintura, e assim sucessivamente? Ou, mais diretamente ao ponto: qual é a superioridade moral absoluta das formas de arte Clássica para com todas as alternativas; qual o efeito da criatividade nestas formas de arte Clássica, no aumento da densidade populacional relativa potencial da espécie humana; como é que a criatividade, em formas de arte Clássica, como em ciência física, aumenta o poder da humanidade sobre a natureza, *per capita*, por lar, e por quilómetro quadrado? Qual é, portanto, o papel das formas Clássicas de música na vida religiosa como tal?

A chave para a resposta a essas questões aninhadas é a seguinte. O mesmo princípio de criatividade válida (este é o modo como descrevemos isto em termos da descoberta superordenada de princípios em ciência natural), é a característica distintiva de todas as formas Clássicas de composição e desempenho em música. Este princípio de composição e desempenho é o mesmo para todas as formas de arte: música, poesia, teatro, pintura, e assim sucessivamente. A essência da arte Clássica é a evocação de *ágape* no compositor, nos artistas,

e na audiência, através da evocação, em cada qual, dos poderes criativos da razão, de modo a resolver um problema que não pode ser eficazmente resolvido de qualquer outra forma. É esta evocação de *ágape* (por contraste com impulso erótico) que constitui a substância da beleza artística. E, é a validade da solução produzida na mente da audiência que expressa o princípio da verdade artística. A arte Clássica é, portanto, *verdade e beleza, beleza e verdade*.

Para a larga maioria, a mais geralmente acessível ilustração deste princípio é encontrada nas formas Clássicas de tragédia, notavelmente aquelas associadas com Ésquilo, Marlowe, Shakespeare, e Schiller<sup>39</sup>. À luz destes exemplos para propósitos de referência, responde-se à seguinte questão. Porque é um desfecho trágico essencial para a produção do maior drama?

Toda a arte procede daquilo que Schiller define como um “momento grávido”, um ponto de salto. Neste ponto, está implícita toda a tensão que depois se desenrolará na elaboração da composição artística. A audiência pode não antecipar plenamente isto ao início, mas, e à medida que a obra de arte se desenrola, os membros da audiência experienciam um estranho senso de que este é o caso. A faísca de génio que distingue a arte das qualidades mais pedestres dos entretenimentos, reside no fato de que, no seio do *momento grávido*, como concebido pelo compositor, está enraizada uma anomalia, precisamente análoga à qualidade de anomalia científica que leva à desconfirmação de um paradigma existente de física matemática.

Na tragédia, a anomalia é apresentada pela escolha de uma forma de *momento grávido* que contém um tipo de problema que representa uma ameaça à vida, ou algo similar. Se os personagens na peça responderem aos eventos de acordo com os seus habituais comportamentos e crenças, então serão destruídos. A única forma que têm de escapar ao perigo, é se reconhecerem que a solução reside numa determinada mudança em crenças axiomáticas. Assim, o grande autor de tragédias apresenta o princípio de vida real que é aplicável ao problema que é apresentado no seio da peça. Porém, e não obstante esta solução ser colocada ao alcance dos personagens na peça, os mesmos persistem teimosamente nas suas velhas formas de ser, e são, portanto, condenados: o segundo ponto crucial na tragédia, o *punctum*

---

e independentemente das suas adaptações ao género Romântico, tinham qualidades de verdadeiro génio musical, uma qualidade expressa pelas suas concretizações na vocalização da poesia. Essas concretizações estavam radicadas no enraizamento dos autores no seio da tradição Clássica alemã da composição motivica da canção: uma tradição iniciada com “Das Veilchen”, “Abendempfindung”, e “Ave Verum Corpus”, de Wolfgang Mozart, e continuada através da composição plena de Beethoven, Schubert, Schumann, e Brahms. Sobre isto, ver *Um Manual sobre os Rudimentos da Afinação e do Registo* [A Manual on the Rudiments of Tuning and Registration, Vol. I (Washington, D.C.: Schiller Institute, 1992), pp. 199-228]. Wolf caiu em insanidade (algo que é uma forma de morte) antes de Brahms escrever as suas próprias “Quatro Canções Sérias”. De Strauss, é justo dizer que as suas melhores obras são encontradas de entre as suas canções. Notadas essas qualificações, a afirmação respeitante a Brahms, no texto, é uma simplificação justa para o tópico aqui em questão.

---

39. Mais especificamente, o fragmento do *Prometeu* de Ésquilo, o *Dr. Fausto* de Marlowe, e todas de entre as tragédias de Shakespeare e Schiller.

*saliens.*

Relembre-se uma passagem exemplar do *Hamlet*, de Shakespeare. Do seio do mais famoso solilóquio de Hamlet, no Ato III, as seguintes palavras cruciais destacam-se como mais exemplares do ponto em questão:

Não fosse o medo de algo para além da morte—  
O país ignoto,  
Do qual nenhum viajante retorna—, que confunde  
a vontade,  
E nos leva a preferir tolerar as dores presentes  
Do que escapar para outras das quais não sabemos?  
Assim, a consciência faz de todos nós cobardes;  
E, é assim que a cor expressiva da resolução  
É desbotada pela sombra pálida do pensamento;  
E, sob esta consideração, empreendimentos de  
grande vigor e oportunidade são desviados de  
rota,  
E perdem o nome da ação.

Desse ponto em diante, Hamlet, persistindo (sob a influência do assim descrito medo) na certeza dos seus pontos de vista costumeiros, prossegue para a sua perdição. Esta passagem do solilóquio avisa a audiência para a falha de carácter em Hamlet, a partir dos lábios do próprio Hamlet. Depois, a audiência assiste à medida que o drama se desenrola. Em epílogo, Horácio diz, do drama que acabou de terminar:

Mas que isto seja levado a cabo  
Ainda enquanto as mentes dos homens se deglad-  
iam em perplexidade;  
A menos que mais calamidades advenientes de  
erros e conspirações se venham a desenrolar.

O aspeto artisticamente crucial da tragédia reside no fato de a audiência estar a assistir ao modo como o evitamento teimoso da solução, pelo personagem, acaba por levar à perdição do mesmo. É isso que constitui aquela qualidade moralmente elevadora da tragédia, que fazia com que as audiências de Schiller saíssem do teatro melhores pessoas que quando nele tinham entrado.

O mesmo princípio pervade toda a poesia Clássica, seja ou não o poema trágico em forma. É apresentada uma anomalia; uma metáfora é desenvolvida, na mente da audiência, pelo poeta, através do qual a audiência captura a inexpressável ideia pelo meio anti-formalista de metáfora percebida. As tentativas poéticas de um

gramático têm sempre de acabar como um velório pela arte; arte e aristotelianismo são qualidades imiscíveis.

A música Clássica é o mais puro modo de expressão de *ágape*. A mais elevada forma de composição musical Clássica é a forma de composição motívica que é inaugurada pelo quarteto de cordas da Opus 33, N° 3 de Haydn, e elaborada como princípio geral pela reelaboração que Wolfgang Mozart faz da *Oferenda Musical*, de 1747, por J.S. Bach<sup>40</sup>. Nesta forma de composição, um par de intervalos, citados ao início da composição, serve de *momento grávido* para a composição como um todo. Não há nada que seja permitido na composição como um todo que não seja coerente com as implicações desse *momento grávido*. Toda a composição é um desenvolvimento contínuo a partir desse ponto inicial, através de numerosas revoluções criativas na axiomática implícita da composição.

Em tal música, a qualidade da emoção governando a moldagem de tons e intervalos, e o contraponto em geral, é a *ágape* associada a uma elevada densidade de tais transições criativas no seio da composição como um todo.

Em pintura, o trabalho de Leonardo da Vinci, tal como a sua “Virgem dos Rochedos”, e de Rafael, tal como a sua “Transfiguração,” expressam aplicações do mesmo princípio criativo que é recorrido por Bernhard Riemann na sua dissertação de habilitação.

É esse princípio, o de total subordinação do processo de composição à razão criativa, sob o impulso que é providenciado pela paixão de *ágape* pela verdade, que estabelece uma distinção entre as formas de arte Clássica, de um lado, e, do outro, lixo como seja Romantismo e Modernismo. Em música Clássica, em particular, isto é melhor expresso pelo princípio, de Haydn-Mozart-Beethoven, de composição motívica e polifónica. Em arte Clássica em geral, a força impulsional da criatividade artística é *ágape* como tal. É esse compromisso para com *ágape*, como entendida pelos apóstolos João e Paulo, que dá a tal arte a maior proximidade à verdade: *verdade é beleza, e beleza é verdade*.

### Razão Criativa como Verdade

Foi através dos sucessos relativos da fação de Paolo Sarpi, na sua tomada de poder da vida intelectual da

40. Ver Lyndon H. LaRouche, Jr., “A Revolução de Mozart na Música, 1782-1786” [“Mozart’s 1782-1786 Revolution in Music,” *Fidelio*, Vol. 1. No. 4, Winter 1992].

Holanda e da Grã-Bretanha e, mais tarde, da França, que a verdadeira ciência começou a morrer, sob o sufoco de matemática formalista. A pouco e pouco, a ciência morreu; ou, quase morreu. Em larga medida, o seu lugar foi preenchido por mera engenharia. Engenharia é muito útil, exceto que, só por si, não é ciência<sup>41</sup>. Depois, há cerca de trinta anos atrás, com a introdução de proselitização em massa para a irracionalista “Nova Era”, a engenharia começou a ser sufocada, tal como a ciência tinha sido quase anulada pelas conferências Solvay dos 1920s, pró-Bertrand Russell<sup>42</sup>.

É característico deste processo de sufoco da ciência como tal, que a ideia de Razão, como compreendida pelo grande Johannes Kepler, foi suplantada pela noção de Causalidade, como o termo era entendido por tais anões venenosos como Francis Bacon, Galileu, Robert

41. *E.g.*, a asserção de *hypotheses non fingo*, por Isaac Newton, constitui suficiente prova de que o mesmo Newton não era um cientista. A substância da ciência, que coloca a mesma ciência num plano qualitativamente mais elevado que a engenharia, é a adoção, pelo cientista, de um ponto de vista da *hipótese superior*; ao passo que o standard para competência na prática de engenharia é o da *hipótese*. A ilustrar este ponto, o caso da École Polytechnique de França, sob Gaspard Monge e A.M. Legendre. Monge, à semelhança do seu antigo estudante Lazare Carnot, era membro do “partido nacional” de França, na tradição de Luís XI, de Jean Bodin, de Henri IV, de Richelieu, de Mazarin, e de Colbert. Mais especificamente, Monge tinha sido uma figura de proa no seio da mesma ordem Oratória que, mais cedo, tinha incluído os grandes artistas Rafael e François Rabelais e, graduados da Irmandade da Vida Comum, como seja Erasmus de Roterdão. Isto é crucial para a compreensão da École Polytechnique sob Monge (por contraste com a degeneração da École sob Laplace e Cauchy). Os Jacobinos, que foram uma criação conjunta da tradição traidora Orleans-Fronde em França, e do serviço britânico de relações externas de Jeremy Bentham, tinham destruído os membros da ordem Oratória em França. A École Polytechnique de 1794-1814 era um renascimento dessa tradição Oratória. O programa da École, construído à volta do texto de Legendre sobre geometria, foi criado para concretizar a rápida produção em massa de brilhantes engenheiros franceses, a partir de adolescentes promissores. Aqueles que Monge et al. reconheceram como demasiado bons para se tornarem meros engenheiros, foram selecionados para desenvolvimento como cientistas.

42. Para mérito de Albert Einstein, a reação do mesmo Einstein à grande fraude perpetrada pelos associados de Russell, tal como Niels Bohr, foi dizer “Deus não joga aos dados”, após o que se ausentou do debate. A fraqueza de Einstein, tanto nas suas circunstâncias como no seu compromisso, era demonstrada pela sua incapacidade em denunciar estes charlatães, de entre os seus colegas, pela coisa apodrecida e corrupta em que se tinham tornado cúmplices. É para mérito de Einstein o fato de, a um grau significativo (não obstante imperfeito) ter reconhecido a importância crucial da dissertação de habilitação de B. Riemann, de 1854. Tal como é para o seu mérito que, de um modo similar, tenha dado crédito a Johannes Kepler, por oposição aos adversários de Kepler, como sejam os seguidores de Galileu *et al.*

Fludd, René Descartes, e Isaac Newton<sup>43</sup>. A distinção ontológica entre os dois é prontamente demonstrada. A Razão de Kepler tem a forma do princípio platónico da *hipótese superior*. A Causalidade de Galileu e Newton presume medidas lineares no domínio do espaço-tempo da imaginação visual ingénuo: ontologicamente, esta última está duas ordens de magnitude abaixo do nível da anterior.

Num qualquer domínio físico: dada a adição de um objeto, com um impulso, como é que o domínio inteiro reagirá a isto? Ou, introduza-se uma anomalia nas noções existentes de espaço-tempo físico: qual será o resultado? A verdade científica não reside no seio de uma única hipótese, mas apenas e somente naqueles princípios de descoberta que produzem sucessivamente válidas mudanças numa sucessão de hipóteses. Kepler localiza a Razão nessa noção de hipótese superior.

Para reafirmar o ponto de trabalho imediato desta localização específica, a causa da moção não é a percussão ou a radiação a ocorrer na forma de transações entre fenómenos específicos. A causa das mudanças resultantes é a forma na qual os efeitos de impulsos atribuíveis são moldados por aquilo que Riemann identifica como a curvatura do espaço-tempo. Esta curvatura, que pertence, ontologicamente, ao domínio da hipótese superior, é um reflexo da lei de Deus que governa a sucessão permissível de sucessivamente mais elevadas hipóteses. É isto que é a representação inteligível da lei no seio do espaço-tempo físico.

Isso é Razão para Kepler, e para Leibniz. Isso é veracidade (truthfulness) científica.

## Ciência e Arte Clássica Juntas

Para ilustrar um ponto crucial, voltemos a nossa atenção de volta para tragédia, desta vez para o *momento grávido* do *Prometeu* de Ésquilo. É possível que nenhuma peça alguma vez escrita aborde mais diretamente as questões interconectadas da verdade que afetam tanto a arte de governação como a teologia.

Na lenda, Prometeu estava agrilhado a uma rocha, ostensivamente punido pelos deuses do Olimpo, liderados por Zeus, por *hubris* contra esses mesmos deuses pagãos. E, no decurso do drama de Ésquilo, eis que surge uma anomalia: é o próprio Zeus quem é condenado a priori por um poder mais elevado; esta é uma

43. Ver Lyndon H. LaRouche, Jr., “A Fraude da Causalidade Algébrica” [“The Fraud of Algebraic Causality,” *Fidelio*, Vol. III, No. 4, Winter 1994].

condenação que Zeus trará sobre si próprio.

Quem é este Zeus? Quem são estes supostos deuses do Olimpo? Todas as lendas associadas aos mesmos, nos escritos de Ésquilo, entre outros, apontam para uma origem mortal: possivelmente, algum reino estabelecido pelos “Povos do Mar”, na região mais fértil do Marrocos moderno. Por alguma apoteose, parecem ter-se tornado nos imortais, nos deuses do Olimpo. Nesse nexos, tornaram-se nos inimigos mortais da humanidade, uma humanidade que é defendida pelo Titã Prometeu: um Prometeu que traz à humanidade a arte do fogo, a par de outras tecnologias de que a mesma humanidade precisa, para sobreviver à opressão da malignante oligarquia olímpiana de Zeus.

Superficialmente, assim pode parecer, Prometeu está a ser punido pela sua ofensa para com a vontade de Zeus. À medida que o drama se desenrola, Prometeu é atormentado para fornecer a Zeus o segredo da destruição do mesmo Zeus, na esperança vã, do próprio Zeus, de que, pelo conhecer este segredo, venha a adquirir a capacidade para evitar essa destruição. Aqui, então, reside o trágico destino de Zeus: será destruído pelo fruto do seu próprio desejo caprichoso. Na conclusão da primeira parte do *Prometeu* de Ésquilo, Prometeu é relegado para tormento imortal, para aguardar o dia em que será resgatado, através da destruição predestinada de Zeus, durante o “Crepúsculo dos Deuses do Olimpo”.

Em tudo isto, surge, do canto da mente, a presença sentida, e eficiente, daquilo que o apóstolo Paulo referencia como o “Deus Desconhecido” dos Gregos, a presença do *Logos* de Heráclito, e o Deus consubstancial do *Timeu* de Platão.

Há outra dimensão neste drama. Na História real (e, na pré-História), até à revolução em artes de governo que ascende da influência dos sucessos do Concílio de Florença, em 1404, mais de noventa e cinco por cento das pessoas de todas as culturas, ao longo de toda a existência humana, existiam sob um estado oprimido de servitude, escravatura, ou (como sob os malignantes Aztecas) até pior. Não havia sociedades antigas “boas”, nem culturas aborígenes ou quaisquer outras culturas primitivas que não fossem malevolentes a este respeito. Os restantes cinco por cento da população total, em tais culturas, eram essencialmente compostos de duas classes. No topo, uma relativa mão cheia de poderosas famílias dominantes, similares à nobreza veneziana de tempos europeus relativamente recentes. E, sob os oligarcas, com o estatuto de lacaios, estavam os militares, os padres, os funcionários, os mercadores, e assim su-

cessivamente. São as sombras deste antigo drama da vida real que estão encapsuladas no *Prometeu* de Ésquilo.

Este aspeto do drama tem outra dimensão axiomática. Prometeu é a figura Clássica grega do conhecimento científico; e, como tal, é também a representação da verdade. A acusação preliminar contra Prometeu é a de que ofereceu ciência e artes à humanidade, de modo a permitir, à mesma humanidade, que sobrevivesse à decisão delirante de Zeus, de exterminar a raça humana.

O *Prometeu* de Ésquilo, também (e justamente) subtítuloado “A Morte Trágica de Zeus”, faz parte de uma linha que liga o melhor da cultura jónica Grega, e que também passa pelas reformas de Sólon em Atenas, e pela Academia de Platão. Representa *esse* lado da divisão que se estendia ao longo da antiga cultura Clássica grega, entre, de um lado, o mal da sociedade de escravos que era a Esparta de Licurgo, e, do outro, o princípio de equidade humana que era incorporado pelas reformas de Sólon. Representa a divisão entre, aqui, a aspiração pela forma de sociedade que está implícita no Conselho de Florença, e nas reformas de Luís XI em França, na direção de uma sociedade organizada para o bem comum, a *commonwealth*; e, ali, a depravação que é a sociedade oligárquica. Apela a um Deus que está acima dos oligarcas malevolentes do Olimpo de Zeus.

Desta forma, a poesia Clássica, o teatro Clássico, a música Clássica, e a pintura Clássica (como as de Leonardo da Vinci e de Rafael), são os grandes mestres daquelas leis e daquela moralidade das quais a apropriada organização da sociedade depende. A arte Clássica assenta no mesmo princípio *agápico* criativo que a *hipótese superior* incorpora em ciência natural e em progresso tecnológico. A arte é a mãe da ciência, o espírito sem cuja nutrição o empreendimento científico colapsaria por terra, sem vida. A arte é o meio pelo qual homens e mulheres ganham perspectiva daqueles princípios pelos quais tem de ser ordenada uma sociedade que se desenvolva com sucesso.

Essa devoção *agápica*, como expressa em arte e ciência, é a qualidade da veracidade (*truthfulness*).

Olhe-se em contraste, para a sociedade oriental, no Sul e Sudeste Asiático, e na Ásia Oriental. Este é o domínio onde Shakti e Siva deambularam, e no qual a maior parte da História do Budismo está situada. Com a exceção da influência da tradição Mosaica, a História do Médio Oriente é tão má, ou até pior, que aquela de outras partes da Ásia. Não fosse por momentos nobres

advindo do antigo Confucianismo e da tradição Védica, a amarga herança da Ásia histórica é oligarquismo; talvez não tão malevolente como o dos Aztecas, mas aproximando-se dessa qualidade de indiferença ao destino do indivíduo em particular, e da grande massa (os mais de noventa e cinco por cento) das populações súbditas em geral.

Isto não serve para negar as dívidas da humanidade às antigas culturas asiáticas. Como a Índia e a Pérsia, a cultura linguística da civilização europeia está radicada nas mesmas culturas Centro-Asiáticas datando de muito mais cedo que 4,000 A.C., algo que é tipificado pela linguagem dos antigos hinos védicos. Houve grandes períodos na vida da antiga China, dos quais toda a humanidade beneficiou. Porém, e mesmo nessas fases culturais, mais de noventa e cinco por cento da população vivia como servos, escravos, ou pior.

Uma tão cruel monotonia, geração após geração, entorpece as almas dos privilegiados como dos oprimidos. Amar implica que se olhe nos olhos de outro, e se saiba que, por detrás desses olhos, existe uma alma verdadeira. Não ser amado dessa forma, é como não ser nada na sociedade a que se pertence. Para viver numa sociedade na qual a regra é a crueldade imposta a todos, excluindo uma pequena minoria, e na qual os desvarios caprichosos de tiranos homicidas pairam até sobre os privilegiados, não é uma verdadeira vida para qualquer ser humano. Sem esperança de mudança, o tipo de entorpecimento que pode ser obtido, por exemplo, através de substâncias psicotrópicas sedativas, surge como um alívio percebido dos tormentos infundáveis do mundo real. Hesicamento é uma fuga da realidade, não uma filosofia, nem uma religião, mas sim e apenas um anódino.

A Renascença cristã do Século Quinze, centrada no Concílio de Florença, e refletida no estabelecimento do tipo de sociedade pioneira que era tipificada pela *Commonwealth* de Luís XI (ou seja, uma sociedade organizada para a concretização do bem comum), trouxe, a toda a humanidade, esperança de libertação de oligar-

quismo. Infelizmente, vitórias obtidas pela oligarquia feudalista, durante os Séculos Dezassexto e posteriores, vieram a colocar esta nova forma de civilização sob o controlo (no mínimo predominante) de forças odientas à humanidade. Forças que se servem das vantagens da ciência e da tecnologia ao mesmo tempo em que, à imagem do maligno Zeus do Olimpo mítico, estão determinadas a destruir o progresso futuro nesta direção.

Não obstante este conflito amargo, as evidências são claras: a nova forma de estado-nação constitucional moderno que foi primeiro estabelecida na França de Luís XI, abre as portas a verdadeira liberdade para a humanidade em geral, de um modo que nunca foi possível em qualquer forma de sociedade ao longo de toda a existência da humanidade, antes destes últimos cinco séculos. Assim que nos tenhamos livrado do domínio do presente poder oligárquico, como poderá vir a ocorrer durante a próxima década, a liberdade, não obstante não ser o paraíso, estará disponível a toda a humanidade. A Era da Razão terá o seu início.

Esta verdadeira liberdade não é liberdade para a vontade imoral do malevolente Adam Smith, mas, ao invés, o direito de participar na elevação da humanidade a uma condição mais elevada, tanto através do reviver das mais cruciais descobertas criativas em arte e ciência na História humana, como também pela alegria de contribuir para esse conjunto de descobertas, através do cultivo, desta forma, dos nossos próprios poderes criativos mentais. Viver assim, é amar demasiado este mundo para do mesmo abdicar com facilidade. É amar a humanidade ainda mais, e, desta forma, servir um amoroso Deus Criador.

Sem o Deus do *Gênesis* 1:25-30, de Moisés, e sem a Cristandade renascida para a vida pelo Concílio de Florença, de 1440, isto não teria sido tornado possível. Isto, queridos amigos, é um fato científico, a verdade. O contrário não é verdadeiro.

**Tradução:** Rui Miguel Garrido

**Para mayor información escribe a [preguntas@larouchepub.com](mailto:preguntas@larouchepub.com)**

Copyright 2021 EIR News Service. - Todos los derechos reservados.

Prohibida la reproducción sin permiso, en todo o en parte.